



**Montepio Investimento**

*Aprovado.*

*Pilar*

*2017/06/22*

*Mi Mue*

*2017/06/22*

# 2016

## RELATÓRIO E CONTAS

---

**MONTEPIO INVESTIMENTO, S.A.**

**Montepio Investimento, S.A.**

**Sede Social** Av. Bema, n.º 10, 1050-040 Lisboa, **Capital Social** € 180.000.000

**Matriculada** na Conservatória do Registo Comercial do Porto com o **Número Único de Matrícula e de Identificação Fiscal** 505 087 286

## ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

NOTA INTRODUTÓRIA .....	3
ÓRGÃOS SOCIAIS .....	4
MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	5
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	6
ZONA EURO.....	6
PORTUGAL .....	6
MERCADOS FINANCEIROS.....	7
ATIVIDADE EM 2016 .....	8
ANÁLISE FINANCEIRA .....	9
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	10
NOTA FINAL .....	11
DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	12
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	13
CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	107
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	114
ANEXOS .....	116
PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO .....	116
LISTA DE TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS.....	116
AÇÕES PRÓPRIAS DETIDAS.....	116



## NOTA INTRODUTÓRIA

O Montepio Investimento, S.A. resulta da alteração da denominação do Finibanco, S.A., ocorrida em 12 de julho de 2013, sendo integralmente detido pelo Montepio Holding, SGPS, S.A. (ex-Finibanco Holding, SGPS, S.A.), entidade totalmente detida pela Caixa Económica Montepio Geral (CEMG).

O Montepio Investimento, S.A. pertence ao grupo Montepio desde dezembro de 2010, na sequência da aquisição da totalidade do capital do ex-Finibanco Holding, SGPS, S.A. pelo Montepio Geral Associação Mutualista, tendo sido alienado à CEMG em 31 de março de 2011.

Decorrente desta operação, o Montepio Investimento, S.A. (ex-Finibanco, S.A.) trespassou à CEMG os ativos e passivos de banca de retalho, ou seja, as carteiras de crédito a Clientes e de depósitos de Clientes, passando o seu balanço a ser constituído pelas disponibilidades, pelos ativos financeiros, pelos imóveis, essencialmente resultantes das resoluções de crédito, pelo crédito em contratos de locação financeira (*leasing*), mobiliária e imobiliária, bem como pelos passivos e provisões associados e pelos elementos do ativo imobilizado que suportam a atividade de *leasing*.

Desde 31 de março de 2011 que o Montepio Holding, SGPS, S.A. e o Montepio Investimento, S.A. encontram-se integrados no grupo CEMG.



## ÓRGÃOS SOCIAIS

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	António Joaquim de Matos Pinto Monteiro
Vice-Presidente	António Pedro de Sá Alves Sameiro
Secretário	

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo
Vogais	José Carlos Sequeira Mateus
	Luís Filipe dos Santos Costa
	Pedro Nuno Coelho Pires

### CONSELHO FISCAL

Presidente	Norberto da Cunha Junqueira Fernandes Félix Pilar
Vogal Efetivo	António Monteiro de Magalhães
Vogal Efetivo	Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes
Vogal suplente	Pedro Miguel Dias Venâncio

### REVISOR OFICIAL DE CONTAS (EFETIVO)

KPMG & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. n.º 189  
representado por Hugo Jorge Gonçalves Cláudio, ROC n.º 1.597.



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2016 Portugal apresentou um crescimento económico acima do previsto com o PIB a aumentar 1,4%, duas décimas acima dos 1,2% estimados. Este crescimento foi suportado por um aumento da procura interna e representa um sentimento otimista para a economia portuguesa e para o seu sistema bancário. A nível internacional, 2016 ficou marcado por dois acontecimentos geradores de grande incerteza quanto ao futuro e estabilidade da economia mundial: o *Brexit* e a eleição presidencial Norte-Americana.

O ano de 2016 ficou, ainda, marcado por desafios e pela necessidade de aplicação de medidas de ajustamento com efeitos na atividade económica e, sobretudo, na atividade bancária. O setor financeiro foi influenciado pela melhoria da situação económica das famílias e das empresas, bem como pelo aumento dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez.

O Montepio Investimento, perante um quadro setorial com exigentes desafios ao nível da rentabilidade, eficiência e de liquidez, consolidou em 2016 o seu papel como banco de investimento do Grupo CEMG, contribuindo para a criação de valor através da diversificação da oferta de serviços disponíveis, quer para clientes, quer para outras entidades do Grupo. O Montepio Investimento continuou o desenvolvimento do seu modelo organizacional de negócio orientado para os segmentos de empresas *corporate* e institucionais, tendo participado em importantes operações na área de Assessoria Financeira, através da análise de projetos de investimento e de avaliação de empresas e na área de *Corporate Finance*, nomeadamente na estruturação e montagem de empréstimos obrigacionistas e de projetos de investimento.

Aos Colaboradores do Montepio Investimento, expressamos o nosso reconhecimento e apreço pela dedicação, esforço e profissionalismo com que têm desempenhando as suas funções.

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O crescimento estimado para a economia mundial em 2016 foi sendo, consecutivamente, revisto em baixa ao longo do ano. Em janeiro de 2017, o FMI manteve o crescimento de 3,1% para 2016, em desaceleração face aos 3,2% de 2015. A atividade económica mundial manteve-se, assim, moderada, com o crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento – ainda responsáveis por mais de 70% do crescimento global – a estabilizar nos 4,1%, após cinco anos consecutivos a abrandar, enquanto as economias avançadas continuaram a crescer de forma moderada, devendo ter abrandado de 2,1% para 1,6%. Para 2017, o FMI prevê uma aceleração do crescimento mundial para 3,4%.

### ZONA EURO

Demonstrando ainda alguma fragilidade na recuperação económica, a economia da Zona Euro registou, no ano de 2015, um crescimento do PIB de 2,0%, depois de ter subido 1,2% em 2014 e após dois anos de contração (-0,3% em 2013 e -0,9% em 2012), que resultaram, sobretudo, das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por um número significativo de Estados-Membros, na sequência da crise da dívida soberana na região. A economia prosseguiu em 2016 em crescimento (+1,7%), em desaceleração face ao ano anterior, mas encetando, na 2.ª metade do ano, uma trajetória de aceleração do crescimento em cadeia, depois do abrandamento observado no 2.º trimestre. Refletindo a gradual recuperação da economia, a taxa de desemprego prosseguiu a tendência de ligeira melhoria iniciada em meados de 2013, tendo descido de 10,5% em dezembro de 2015 para 9,6% em dezembro de 2016, ficando apenas a 2,5 p.p. dos máximos históricos desde o início da série (1990), observados entre abril e junho de 2013, continuando a revelar um mercado laboral ainda deteriorado. A taxa de inflação (medida pela variação homóloga do IHPC) permaneceu bastante baixa ao longo de grande parte de 2016, entrando mesmo, pontualmente, em terreno negativo, entre fevereiro e maio, mas encetando uma trajetória ascendente a partir de maio, passando de 0,2%, em dezembro de 2015, para 1,1% em dezembro de 2016, permanecendo ainda abaixo do objetivo de médio prazo do Banco Central Europeu (BCE) de 2,0%.

### PORTUGAL

Após três anos de recessão, a economia portuguesa regressou ao crescimento em 2014 (+0,9%) e em 2015 deu continuidade ao processo de gradual recuperação, crescendo 1,6%, tendo em 2016 prosseguido com a recuperação, apresentando crescimentos em cadeia do PIB modestos na primeira metade do ano, de apenas 0,2% no 1.º e 2.º trimestres, mas crescendo a ritmos mais expressivos durante o 2.º semestre, acelerando no 3.º trimestre para um crescimento de 0,9% (o maior crescimento desde o 4.º trimestre de 2013) e terminando o ano com um crescimento de 0,7% no 4.º trimestre, observando no total de 2016 uma desaceleração do crescimento médio anual, para 1,4%. A atividade económica foi suportada, unicamente, pela procura interna, que apresentou um contributo positivo de 1,5 p.p., com o abrandamento deste contributo (+2,6 p.p. em 2015) a refletir a redução do investimento e, em menor grau, a desaceleração do consumo privado. O consumo privado expandiu 2,3% (+2,6% em 2015) e o consumo público 0,5% (+0,7 que em 2015), ao passo que o investimento em capital fixo (FBCF) contraiu 0,1%, depois de ter crescido uns



robustos 4,5% em 2015, e a variação de existências teve um contributo negativo de 0,1 p.p., depois do contributo nulo apresentado em 2015. Já as exportações líquidas apresentaram um contributo ligeiramente negativo de 0,1 p.p., penalizando a atividade económica pelo 3.º ano consecutivo, mas a um ritmo bem inferior ao apresentado nos dois anteriores (-1,0 p.p. em 2015 e -1,4 p.p. em 2014). Não obstante as exportações terem subido em 2016 os mesmos 4,4% (+6,1% em 2015) que as importações (+8,2% no ano anterior), o facto de existir um défice da balança de bens e serviços a preços constantes implicou um maior crescimento absoluto das importações face às exportações.

Ao nível do mercado laboral, a taxa de desemprego diminuiu de 12,4% em 2015 para 11,1% em 2016, dando continuidade à tendência de redução desde o pico máximo histórico atingido no início de 2013 (17,5%), perspetivando-se uma nova queda em 2017 (para 10,3%, em linha com o constante no OE 2017). A população desempregada em 2016, estimada em 573,0 mil pessoas, diminuiu 11,4% em relação ao ano anterior, ao passo que a população empregada (4 605,2 mil pessoas), registou um acréscimo de 1,2%.

A inflação, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor (IPC), foi de 0,6% em 2016, acelerando ligeiramente face aos 0,5% observados em 2015 (-0,3% em 2014, +0,3% em 2013 e +2,8% em 2012). Já a inflação core manteve-se nos 0,7% em 2016 (+0,1% em 2014). O aumento da inflação em 2016 foi influenciado pela evolução dos preços dos produtos energéticos (passou de -3,6%, em 2015, para -1,8%, em 2016).

## MERCADOS FINANCEIROS

Em termos de movimentos nos mercados financeiros, no conjunto de 2016, registaram-se maioritariamente subidas nos principais índices acionistas mundiais, com alguns a baterem máximos históricos, nomeadamente os americanos, onde o principal índice (S&P 500) subiu 9,5%. Na Europa, registaram-se comportamentos também maioritariamente positivos, com o Eurostoxx 50 a subir 0,7% e o britânico FTSE 100 a avançar 14,4% (não obstante o *Brexit*), mas o PSI-20 perdeu 11,9%, acompanhando as descidas dos índices de Espanha e Itália. Na Ásia observaram-se subidas no Japão, na Índia e em Hong-Kong, mas uma descida na China. Na América Latina, o comportamento também foi positivo.

As *yields* da dívida pública de referência observaram descidas na Alemanha e subidas nos EUA. O movimento das primeiras (-42 p.b. quer nos 10 anos, quer nos dois anos) não foi uniforme, designadamente ao nível da dívida a 10 anos, com descidas nas *yields* até meados do ano, seguida de uma tendência de subida até praticamente o final do ano.

No Mercado Monetário Interbancário (MMI), as taxas do dólar (Libor) subiram em todos os prazos, mas abaixo da subida de 25 p.b. efetuada, em 14 de dezembro, pela *Fed* na *fed funds target rate*, já que, no início de 2016, o mercado esperava mais do que uma subida de taxas em 2016. Já as taxas do euro (Euribor) renovaram mínimos históricos, refletindo a política monetária expansionista do BCE, e apresentaram valores negativos ao longo de todo o ano nos três e seis meses (a Euribor a 3 meses desde 21/04/2015 e a Euribor a 6 meses desde 06/11/2015) e também nos 12 meses a partir de 05/02/2016.

Os *spreads* da dívida pública a 10 anos dos países periféricos da Zona Euro subiram em Portugal, Itália e Espanha, respetivamente, em 167 p.b., 64 p.b. e 3 p.b., enquanto os *spreads* da Grécia e da Irlanda desceram 76 p.b. e 3 p.b., respetivamente.

Os *spreads* de crédito da dívida privada observaram movimentos tendenciais de estreitamento nos principais índices de dívida privada do mercado *spot*, nomeadamente entre as melhores notações de risco, observando-se também descidas na maioria dos índices de CDS (*Credit Default Swaps*), com um agravamento apenas no caso do Itraxx Financials, traduzindo as preocupações relativamente à saúde do setor bancário italiano, e, de um modo geral, do europeu (condicionando uma maior subida das ações europeias).

No mercado cambial, a taxa de câmbio efetiva nominal do euro subiu 1,9% em 2016, afastando-se um pouco mais dos níveis mínimos desde maio de 2002 registados no 2.º trimestre de 2015. O euro caiu 2,9% face ao dólar, mas ganhou 19,4% em relação à libra.

## ATIVIDADE EM 2016

Ao longo de 2016 o Montepio Investimento continuou a garantir uma intervenção especializada, orientada para a satisfação das necessidades das empresas nas áreas de "Assessoria Financeira" e "Corporate Finance".

Na atividade desenvolvida pelo Montepio Investimento durante o ano de 2016, destaca-se:

- Na área de "Assessoria Financeira": continuação no desenvolvimento de atividades relacionadas com a análise de projetos de investimento, a procura de investidores de capital e avaliação de empresas para efeitos de colaterais de financiamento ou de fusões & aquisições, em setores tão diversos como a indústria, as instituições financeiras, as minas e a saúde. O mesmo sucedeu para a assessoria nos financiamentos à aquisição (*acquisition finance*), onde o Montepio Investimento teve um papel importante no apoio à CEMG na negociação, estruturação e análise de operações.

Salienta-se, ainda, o apoio no processo de admissão à cotação e à negociação das ações ordinárias da "Patris Investimentos SGPS SA" no Alternext da Euronext em Lisboa. Por fim destaca-se o apoio na avaliação de participadas do Grupo Montepio e assessoria nos processos de alienação de ativos não estratégicos.



- Na área de "Corporate Finance": participação, como coordenador global, em mais uma estruturação e montagem de empréstimo obrigacionista, por oferta pública de subscrição e admissão à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon para o emitente Sport Lisboa e Benfica – Futebol, SAD, num montante de 60 milhões de euros, constituindo a primeira operação de 2016 no mercado de capitais, tendo a mesma decorrido com enorme sucesso, com a procura a ultrapassar largamente a oferta disponível.

Adicionalmente, a análise, montagem e estruturação de projetos de investimento na área das energias renováveis com vista ao seu financiamento pela CEMG, a assessoria no 2º *Closing* do Fundo de Capital de Risco – Fundo Vega com cedência de créditos do grupo Aprígio pela CEMG, bem como a atuação como banco agente em diversos empréstimos sindicados e participados pela CEMG.





## ANÁLISE FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2016, o total do Ativo líquido do Montepio Investimento, S.A. situou-se em 276.756 milhares de euros, registando um decréscimo de 17.605 milhares de euros (-6,0%) face ao valor relevado em dezembro de 2015.

As Disponibilidades em outras instituições de crédito aumentaram ao longo do ano no montante de 36.219 milhares de euros, atingindo o valor de 46.679 milhares de euros no final de 2016, sendo que, em linha com o sucedido em 2015, a contraparte é a Caixa Económica Montepio Geral.

Em 31 de dezembro de 2016 o Crédito a clientes líquido atingiu 54.928 milhares de euros, diminuindo 21,0% (-14.640 milhares de euros) face ao montante registado no final de 2015 como reflexo das amortizações das carteiras de *leasing* mobiliário e de *leasing* imobiliário.

No final de 2016, os Ativos financeiros disponíveis para venda situaram-se em 148.274 milhares de euros, que comparam com 180.050 milhares de euros no final de 2015. Esta evolução foi determinada pela redução, com particular ênfase dos títulos de rendimento variável, ao evoluir de 127.840 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015 para 96.367 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016.

As participações financeiras registadas na rubrica de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos apresentaram uma redução de 250 milhares de euros, face ao valor contabilizado no final do exercício de 2015, em virtude da liquidação, em 14 de junho de 2016, do Montepio Capital de Risco, S.C.R., S.A.

Os Ativos não correntes detidos para venda, que incorporam Imóveis e outros ativos resultantes de resolução de contratos de crédito sobre clientes, apresentaram uma redução no final de dezembro de 2016, situando-se em 19.582 milhares de euros, comparando com 20.200 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015.

Os Recursos de bancos centrais, Recursos de outras instituições de crédito e os Capitais próprios continuam a afigurar-se como as principais fontes de financiamento dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2016 não se registou qualquer diferença relativamente ao período homólogo no que se refere aos recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais, mantendo-se o valor de 15.000 milhares de euros. Este valor encontrava-se colateralizado por títulos da carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda.

A rubrica de Recursos de outras instituições de crédito situou-se em 31 de dezembro de 2016, em 75.166 milhares de euros, comparando com 75.161 milhares de euros no período homólogo de 2015.

Os Capitais próprios do Montepio Investimento, S.A. atingiram a 31 de dezembro de 2016 um total de 184.589 milhares de euros, evidenciando um decréscimo de 5,3% face ao valor relevado no final de 2015, determinado pelo Resultado líquido do exercício ter sido negativo.

A Margem financeira em 2016 atingiu 3.312 milhares de euros, valor que compara com 4.238 milhares de euros apurados em 2015 (-21,9%), refletindo a redução da contribuição dos juros provenientes da carteira de crédito e dos títulos classificados como disponíveis para venda, a par do aumento dos custos dos recursos.

No que se refere aos Resultados de serviços e comissões, o montante registado em 2016 foi de 654 milhares de euros, representando uma diminuição de 63,4% face ao período homólogo de 2015, para o que contribuiu o decréscimo registado nas comissões por serviços bancários prestados.

Os Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda atingiram um valor negativo de 5.986 milhares de euros em 2016, resultante da alienação das Unidades de Participação da CEMG. Em 2015, tinha-se obtido um resultado positivo de 9.440 milhares de euros provenientes da alienação de obrigações da carteira de dívida pública portuguesa.

Em 2016, os Resultados de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de outros resultados foram de 444 milhares de euros negativos, valor que compara com 1.355 milhares de euros, também negativos, contabilizados em 2015, traduzindo as perdas associadas à alienação de ativos não correntes detidos para venda.

Os Custos operacionais em 2016 registaram um montante de 1.882 milhares de euros, que traduzem uma diminuição de 32,1% face aos 2.770 milhares de euros de 2015, incorporando a redução registada na rubrica de outros Gastos gerais administrativos relacionada com os menores custos com a cedência de colaboradores da Caixa Económica Montepio Geral.

Em 2016 a Imparidade de crédito atingiu 1.170 milhares de euros, comparando com uma reposição de 1.223 milhares de euros em 2015.

A Imparidade de outros ativos financeiros em 2016 totalizou 7.046 milhares de euros e incorpora o valor de 4.721 milhares de euros para fundos de investimento imobiliário e 2.325 milhares de euros para fundos de recuperação de crédito.

A Imparidade de outros ativos evidencia o desempenho dos ativos não correntes detidos para venda tendo atingido 333 milhares de euros em 2016 face aos 796 milhares de euros em 2015.

O Resultado líquido apurado em 2016 foi negativo de 12.904 milhares de euros, valor que compara com um resultado líquido positivo de 5.865 milhares de euros apurados em 2015.

## **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

No exercício de 2016 o Montepio Investimento, S.A. obteve um Resultado líquido negativo de 12.904.496,39 euros que se propõe que seja transferido para resultados transitados.



**NOTA FINAL**

A concluir o presente Relatório, queremos salientar a postura de diálogo e de cooperação, que nos cumpre agradecer, sempre evidenciada pelas diversas entidades e autoridades com que o Montepio Investimento se relaciona, particularmente pelas autoridades monetárias e financeiras.

Queremos, ainda expressar os nossos agradecimentos aos restantes Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal, pela colaboração nunca regateada, bem como ao Revisor Oficial de Contas, KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo apoio que nos disponibilizaram.

A handwritten signature in black ink, consisting of several fluid, connected strokes, located in the upper right quadrant of the page.

## DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Montepio Investimento, S.A. declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão e as contas anuais relativas ao ano de 2016, expõem fielmente a evolução da atividade, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação líquida e dos resultados do Montepio Investimento, S.A.

Mais declara ainda que este relatório e contas expõe fielmente a evolução da atividade, o desempenho e a posição económico-financeira do Montepio Investimento, S.A., bem como os principais riscos e incertezas com que se defronta.

Lisboa, 19 maio de 2017

O Conselho de Administração

João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo

José Carlos Sequeira Mateus

Luís Filipe dos Santos Costa

Pedro Nuno Coelho Pires

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Montepio Investimento, S.A.

### Demonstração dos Resultados para os anos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2016	2015
			reexpresso
Juros e rendimentos similares	3	3 911	4 593
Juros e encargos similares	3	( 599)	( 355)
Margem financeira		3 312	4 238
Resultados de serviços e comissões	4	654	1 786
Resultados de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	( 444)	( 1 355)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	6	( 5 986)	9 440
Resultados de alienação de outros activos	7	( 857)	( 606)
Outros resultados de exploração	8	1 109	441
Total de proveitos operacionais		( 2 212)	13 944
Custos com pessoal	9	556	574
Gastos gerais administrativos	10	1 317	2 192
Depreciações e amortizações	11	9	4
Total de custos operacionais		1 882	2 770
Imparidade de crédito	12	1 170	( 1 223)
Imparidade de outros ativos financeiros	13	7 046	4 599
Imparidade de outros ativos	14	333	796
Outras provisões	15	10	( 287)
Resultado operacional		( 12 653)	7 289
Impostos			
Correntes	23	( 40)	940
Diferidos	23	291	484
Resultado líquido do exercício		( 12 904)	5 865

O Contabilista Certificado

*Luís Miguel LINES AMARAL*

O Conselho de Administração

*[Handwritten signatures]*



# Montepio Investimento, S.A.

## Balanço em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2016	2015
<b>Ativo</b>			<b>reexpresso</b>
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	46 679	10 460
Crédito a clientes	17	54 928	69 568
Ativos financeiros detidos para negociação	18	-	3 930
Ativos financeiros disponíveis para venda	19	148 274	180 050
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	20	24	274
Ativos não correntes detidos para venda	21	19 582	20 200
Outros ativos tangíveis	22	1	10
Ativos por impostos correntes		738	1 555
Ativos por impostos diferidos	23	2 421	3 802
Outros ativos	24	4 109	4 512
<b>Total do Ativo</b>		<b>276 756</b>	<b>294 361</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais	25	15 000	15 000
Recursos de outras instituições de crédito	26	75 166	75 161
Provisões	27	36	26
Outros passivos	28	1 965	9 284
<b>Total do Passivo</b>		<b>92 167</b>	<b>99 471</b>
<b>Capitais Próprios</b>			
Capital	29	180 000	180 000
Reservas de reavaliação	31	1 737	( 866)
Outras reservas e resultados transitados	30 e 31	15 756	9 891
Resultado líquido do exercício		( 12 904)	5 865
<b>Total dos Capitais Próprios</b>		<b>184 589</b>	<b>194 890</b>
		<b>276 756</b>	<b>294 361</b>

O Contabilista Certificado

*Luis Miguel LINES AMARAL*

O Conselho de Administração

*[Handwritten signatures of the Board of Directors]*

## Montepio Investimento, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa  
para os anos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2016	2015
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
Recebimento de juros	3 955	4 613
Recebimento de comissões	730	1 790
Pagamento de juros	( 594)	( 409)
Pagamento de comissões	( 76)	( 4)
Despesas com pessoal e fornecedores	( 8 971)	( 2 191)
Recuperação de crédito e juros	6	-
Outros pagamentos e recebimentos	810	( 876)
Impostos sobre o rendimento	857	( 3 360)
	<b>( 3 283)</b>	<b>( 437)</b>
<b>(Aumentos) / diminuições de ativos operacionais</b>		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	13 425	15 583
Outros ativos	285	( 1 126)
	<b>13 710</b>	<b>14 457</b>
<b>Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais</b>		
Recursos para com instituições de crédito	-	( 125 000)
Recursos de bancos centrais	-	15 000
	<b>-</b>	<b>( 110 000)</b>
	<b>10 427</b>	<b>( 95 980)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
(Compra) / Venda de ativos financeiros de negociação	3 486	( 2 529)
(Compra) / Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	22 436	103 434
(Compra) / Venda de ativos investimentos em associadas	94	-
Aquisição de imobilizações	-	( 14)
	<b>26 016</b>	<b>100 891</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	-	( 7 000)
Aumento / (Diminuição) noutras contas de passivo	( 224)	( 531)
	<b>( 224)</b>	<b>( 7 531)</b>
<b>Variação líquida em caixa e equivalentes</b>	<b>36 219</b>	<b>( 2 620)</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do exercício</b>		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	10 460	13 080
<b>Caixa e equivalentes no fim do exercício (Nota 16)</b>	<b>46 679</b>	<b>10 460</b>

**Montepio Investimento, S.A.**
**Demonstração das alterações dos Capitais Próprios  
para os anos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de euros)

	Total dos capitais próprios	Capital	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>186.878</b>	<b>180.000</b>	<b>8.814</b>	<b>4.392</b>	<b>24.600</b>	<b>(52.258)</b>	<b>23.530</b>
Alterações introduzidas pelo Aviso nº 5/2015	5.405	-	-	-	-	2.937	2.468
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2015</b>	<b>194.283</b>	<b>180.000</b>	<b>8.814</b>	<b>4.392</b>	<b>24.600</b>	<b>(49.321)</b>	<b>25.998</b>
Alterações introduzidas pelo Aviso nº 5/2015	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de justo valor (nota 31)	(7.457)	-	-	(7.457)	-	-	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 23)	2.199	-	-	2.199	-	-	-
Resultado do exercício	5.865	-	-	-	-	-	5.865
Total do rendimento integral do exercício	607	-	-	(5.258)	-	-	5.865
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	25.998	(25.998)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>194.890</b>	<b>180.000</b>	<b>8.814</b>	<b>(866)</b>	<b>24.600</b>	<b>(23.323)</b>	<b>5.865</b>
Alterações de justo valor (nota 31)	3.691	-	-	3.691	-	-	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 23)	(1.089)	-	-	(1.089)	-	-	-
Resultado do exercício	(12.904)	-	-	-	-	-	(12.904)
Total do rendimento integral do exercício	(10.302)	-	-	2.602	-	-	(12.904)
Aplicação de resultados	1	-	479	-	-	5.387	(5.865)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>184.589</b>	<b>180.000</b>	<b>9.093</b>	<b>1.738</b>	<b>24.600</b>	<b>(17.936)</b>	<b>(12.904)</b>



## Montepio Investimento, S.A.

### Demonstração Individual do Rendimento Integral para os anos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores expressos em milhares de euros)

	Nota	2016	2015
<b>Items que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</b>			
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	31	3 692	(7 457)
Impostos diferidos	23 e 31	(1 089)	2 199
<b>Outro rendimento integral do exercício depois de impostos</b>		<b>2 603</b>	<b>(5 258)</b>
Resultado líquido do exercício		(12 904)	5 865
<b>Total de rendimento integral do exercício</b>		<b>(10 301)</b>	<b>607</b>

## 1 Políticas contabilísticas

### a) Bases de apresentação

O Montepio Investimento, S.A. (adiante designado "Montepio Investimento" e anteriormente denominado Finibanco, S.A.) é uma sociedade anónima de capitais privados, com sede social na Av. Berna, nº 10, em Lisboa, constituída por escritura pública outorgada em 28 de junho de 2001 no Cartório Notarial de Vale de Cambra, atualmente com o capital social de euros 180.000.000 representada por 180.000.000 ações nominativas, tituladas, e cujo objeto social é a realização de todas as operações permitidas aos bancos.

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, acionista único da Caixa Económica Montepio Geral ("CEMG"), procedeu à aquisição de 100% do capital do Montepio Holding, S.G.P.S., S.A. (anteriormente denominado Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.) acionista único do Montepio Investimento, através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de euros 341.250.000.

Em 31 de março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida no Montepio Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG. No âmbito da alteração da estrutura do Grupo decorrente desta aquisição, em 4 de abril de 2011, o Montepio Investimento alienou à CEMG um conjunto de ativos e passivos (excluindo os imóveis propriedade do Montepio Investimento e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Montepio Investimento é locador financeiro, bem como todos os passivos e provisões associadas, e os elementos do ativo imobilizado que suportam materialmente a atividade de locação financeira). Em 12 de julho de 2013, o Finibanco, S.A. alterou a sua designação para Montepio Investimento, S.A..

No âmbito do disposto no Regulamento ("CE") n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho e do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, de 7 de dezembro, as demonstrações financeiras do Montepio Investimento são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") conforme aprovadas pela União Europeia ("UE") a partir do exercício de 2016. As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Montepio Investimento em 19 de maio de 2017. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.





As demonstrações financeiras do Montepio Investimento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data.

O Montepio Investimento adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016, conforme referido na nota 36.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior, tendo sido introduzida a alteração decorrente, nomeadamente de o Banco de Portugal, em 7 de dezembro de 2015 ter emitido o Aviso n.º 5/2015 que estabelece que as entidades sujeitas à sua supervisão devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("NIRF"), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, revogando assim o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, que estabelecia que as demonstrações financeiras individuais do Montepio Investimento deviam ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's").

O novo Aviso entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2016. Os impactos decorrentes desta alteração nas demonstrações financeiras de abertura do exercício de 2016 resultam fundamentalmente da revogação do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95 referente ao registo da imparidade sobre a carteira de crédito.

De acordo com o IAS 8, esta alteração de política é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de janeiro de 2015, conforme referido na nota 36.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os Instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios das demonstrações financeiras agora apresentadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1 o).

**b) Crédito a clientes**

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Montepio Investimento para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes ativos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Montepio Investimento aos respetivos fluxos de caixa expiram; ou (ii) o Montepio Investimento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante o Montepio Investimento ter retido parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

***Imparidade***

A política do Montepio Investimento consiste na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num exercício posterior.

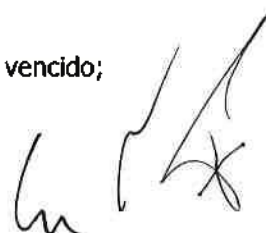
Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possam ser estimados de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise Individual; e (ii) análise coletiva.

***(i) Análise Individual***

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Montepio Investimento avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objetiva de Imparidade. Na determinação das perdas por imparidade, em termos individuais, são considerados os seguintes fatores:

- a exposição total de cada cliente junto do Montepio Investimento e a existência de crédito vencido;



- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a deterioração significativa no rating do cliente;
- o património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- a existência de credores privilegiados; e
- a montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor atual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efetiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efetiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

#### *(II) Análise coletiva*

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objetiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objetivo de determinar as perdas por imparidade em termos coletivos. Esta análise permite ao Montepio Investimento o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerão em períodos futuros.

As perdas por imparidade baseadas na análise coletiva podem ser calculadas através de duas perspetivas:

- Para grupos homogêneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- Em relação a perdas incorridas mas não identificadas ('IBNR') em créditos para os quais não existe evidência objetiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos coletivos são determinadas considerando os seguintes aspetos:

- Experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- Conhecimento das atuais envolventes económicas e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e

- Período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Montepio Investimento de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Em conformidade com a Carta Circular do Banco de Portugal n.º 15/2009, a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspetiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

### **c) Instrumentos financeiros**

#### *(I) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente*

Os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Montepio Investimento se compromete a adquirir o ativo e são classificados considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as categorias descritas seguidamente:

#### **1) Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados**

##### **Ativos financeiros detidos para negociação**

Os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a ações destas carteiras são registados em Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica ativos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

#### **2) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda detidos com o objetivo de serem mantidos pelo Montepio Investimento, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, são classificados como disponíveis

para venda, exceto se forem classificados numa outra categoria de ativos financeiros. Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações e são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados. Os instrumentos financeiros para os quais não pode ser fiavelmente mensurado ou estimado o justo valor são registados ao custo de aquisição. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efetiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

### 3) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados no momento em que ocorrem.

### (ii) Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Montepio Investimento, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num ativo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de Imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em





resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objetivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

#### **d) Investimentos em subsidiárias e associadas**

Os investimentos em subsidiárias e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do Montepio Investimento ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Montepio Investimento. O Montepio Investimento controla uma entidade quando está exposto, ou tenha diretos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

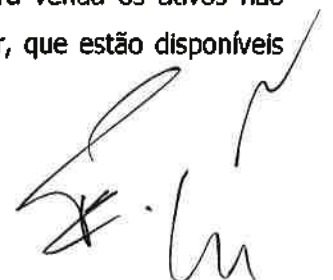
#### *Imparidade*

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

#### **e) Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas**

Os ativos não correntes, grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Montepio Investimento também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.



Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Montepio Investimento classifica igualmente em ativos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efetuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pelo Montepio Investimento.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

#### **f) Locação financeira**

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados ao exercício durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício.

Na ótica do locador os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

#### **g) Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Montepio Investimento procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

#### **h) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões**

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no exercício a que respeitam; ou
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído; ou
- quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.



**i) Resultados de operações financeiras (Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados)**

O Resultado de operações financeiras reflete as mais ou menos-valias das alienações de ativos financeiros disponíveis para venda, e os ganhos e perdas de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

**j) Outros ativos tangíveis**

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Montepio Investimento. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Outras Imobilizações	4 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.



**k) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a partir da data da contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

**l) Impostos sobre lucros**

O Montepio Investimento está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("CIRC"). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).





O Montepio Investimento procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

#### **m) Relato por segmentos**

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitas a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Montepio Investimento que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes. Desta forma, tendo em conta a atividade do Montepio Investimento, não se considera relevante apresentar o reporte por segmentos de negócio.

Substancialmente a atividade do Montepio Investimento desenvolve-se em Portugal pelo que não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

#### **n) Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) o Montepio Investimento tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

**o) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas**

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Montepio Investimento são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Montepio Investimento e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Montepio Investimento poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Montepio Investimento e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

***Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda***

O Montepio Investimento determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Montepio Investimento avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros. De acordo com as políticas do Montepio Investimento, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

No que se refere a instrumentos de dívida é considerado, que existe imparidade sempre que se verifique evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desses ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Montepio Investimento.

### *Perdas por imparidade em créditos a clientes*

O Montepio Investimento efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Montepio Investimento.

### *Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas*

O Montepio Investimento avalia o valor recuperável, quando existem sinais de evidência de Imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num exercício posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Montepio Investimento.

### *Impostos sobre os lucros*

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

A Autoridade Tributária e Aduaneira tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Montepio Investimento durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

### *Provisões*

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.



## 2 Margem financeira e resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e dos ativos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 5 e 6. Uma atividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação e em ativos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes atividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e em ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Margem financeira	3 312	4 238
Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	( 444)	( 1 355)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	( 5 986)	9 440
	<u>( 3 118)</u>	<u>12 323</u>

### 3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	1 709	1 874
Juros de crédito a clientes	2 158	2 716
Juros de outras aplicações	-	3
Juros de depósitos à ordem	44	-
	<b>3 911</b>	<b>4 593</b>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de títulos emitidos	-	118
Juros de empréstimos	593	228
Outros juros e encargos similares	6	9
	<b>599</b>	<b>355</b>
<b>Margem financeira</b>	<b>3 312</b>	<b>4 238</b>

### 4 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados	730	1 790
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por operações realizadas por conta de terceiros	2	2
Por operações realizadas com títulos	23	1
Outros encargos de serviços e comissões	51	1
	<b>76</b>	<b>4</b>
<b>Resultados de serviços e comissões líquidos</b>	<b>654</b>	<b>1 786</b>



## 5 Resultados de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	2016			2015		
	Proveltos	Custos	Total	Proveltos	Custos	Total
<b>Ativos e passivos financeiros detidos para negociação</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	-	-	-	1	-	1
Ações	18	( 462)	( 444)	1	( 1 357)	( 1 356)
	18	( 462)	( 444)	2	( 1 357)	( 1 355)

## 6 Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	2016			2015		
	Proventos	Custos	Total	Proventos	Custos	Total
Obrigações e outros						
títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	8 951	-	8 951
De outros emissores	10	523	( 513)	706	218	488
Títulos de rendimento variável						
Ações	-	5 473	( 5 473)	1	-	1
	10	5 996	( 5 986)	9 658	218	9 440

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica Títulos de rendimento variável – Ações regista o resultado da alienação das unidades de participação no Fundo de Participação da Caixa Económica Montepio Geral. Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica Obrigações e outros títulos de rendimento fixo – De emissores públicos regista o resultado resultante da alienação de obrigações do tesouro da dívida pública portuguesa.

## 7 Resultados de alienação de outros ativos

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)						
	2016			2015		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Ativos não financeiros						
Ativos não correntes						
detidos para venda	45	290	( 245)	3	1	2
Ativos em locação financeira	403	1 015	( 612)	486	1 094	( 608)
	448	1 305	( 857)	489	1 095	( 606)

## 8 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

		(milhares de euros)	
		2016	2015
<b>Outros proveitos de exploração</b>			
Prestação de serviços		129	151
Reembolso de despesas		428	534
Outros		1 498	866
		<u>2 055</u>	<u>1 551</u>
<b>Outros custos de exploração</b>			
Impostos		573	620
Outros		190	183
Contribuição do setor bancário		108	248
Contribuição ex-ante para o Fundo Único de Resolução		50	2
Contribuição para o Fundo de Resolução		25	53
Fundo de Garantia de Depósitos		-	4
		<u>946</u>	<u>1 110</u>
<b>Outros resultados de exploração líquidos</b>		<u>1 109</u>	<u>441</u>

A Contribuição do setor bancário é estimada de acordo com o disposto na Lei n.º 55-A/2010. A determinação do montante a pagar incide sobre: (i) o passivo médio anual apurado em balanço, deduzido dos fundos próprios de base (*Tier 1*) e dos fundos próprios complementares (*Tier 2*) e os depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos; e (ii) o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados.

A rubrica Contribuição ex-ante para o Fundo Único de Resolução corresponde a contribuição anual a entregar no ano de 2016 ao Fundo de Resolução, nos termos do disposto no artigo 153.º-H, n.º 1, do RGICSF que transpõe os artigos 100.º, n.º 4, alínea a), e 103.º, n.º 1, da Diretiva 2015/59/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, e do artigo 20.º, do Regulamento Delegado (EU) n.º 2015/63 da Comissão, de 21 de outubro de 2014 ("Regulamento Delegado") e com as condições previstas no Regulamento de Execução 2015/81 do Conselho de 19 de dezembro de 2014 ("Regulamento de Execução").

Esta contribuição foi determinada pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, com base na metodologia definida nos termos do disposto nos artigos 4.º, 13.º e 20.º no Regulamento Delegado. No âmbito do Mecanismo Único de Resolução esta contribuição deve ser transferida para o Fundo Único de Resolução até 30 de junho de 2016, em conformidade com o Acordo relativo à Transferência e Mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21 de maio de 2014, aprovado pela Resolução da Assembleia da República 129/2015, de 3 de setembro, nos termos do disposto do n.º 4 do artigo 67.º do Regulamento (EU) n.º 806/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de julho de 2014 ("Regulamento MUR").

Adicionalmente, compete ao Conselho Único de Resolução ("CUR"), em estreita cooperação com o Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, proceder anualmente ao cálculo dessas contribuições, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 70.º do Regulamento MUR.

A 31 de dezembro de 2016, o Montepio Investimento reconheceu como custo referente à contribuição para o sistema de indemnização ao investidor o valor de 2 milhares de euros, incluído na rubrica Outros custos de exploração – Outros.

Adicionalmente, a 31 de dezembro de 2016, a rubrica Outros custos de exploração – Impostos inclui o montante de 7 milhares de euros (31 de dezembro de 2015: 17 milhares de euros) relativo ao pagamento do Imposto Único de Circulação ("IUC") e o montante de 479 milhares de euros (31 de dezembro de 2015: 582 milhares de euros) referente a Imposto Municipal sobre Imóveis ("IMI").



## 9 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Remunerações	446	459
Encargos sociais obrigatórios	110	115
	556	574


Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração do Montepio Investimento, ao Conselho Fiscal e à Mesa da Assembleia Geral durante o exercício de 2016, são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	Conselho de Administração Executivo	Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia Geral	Total
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	343	68	411
Custos com SAMS	3	-	3
	346	68	414
Encargos com Segurança Social	81	12	93

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração do Montepio Investimento, ao Conselho Fiscal e à Mesa da Assembleia Geral durante o exercício de 2015, são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	Conselho de Administração Executivo	Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia Geral	Total
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	343	68	411
Custos com SAMS	3	-	3
	346	68	414
Encargos com Segurança Social	81	12	93

Em 31 de dezembro de 2016 foram atribuídas aos Órgãos do Conselho Fiscal a título de remuneração o montante de 59 milhares de euros (2015: 59 milhares de Euros).



O efetivo médio de trabalhadores ao serviço do Montepio Investimento durante os exercícios de 2016 e 2015, é apresentado como se segue:

	2016	2015
Técnicos	1	1

## 10 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Rendas e alugueres	14	243
Serviços especializados		
Trabalho independente	221	185
Informática	8	8
Outros serviços especializados	286	359
Conservação e reparação	7	7
Comunicações e expedição	2	6
Seguros	19	20
Deslocações, estadias e despesas de representação	3	20
Água, energia e combustíveis	8	12
Publicidade e publicações	-	48
Outros gastos administrativos	749	1 284
	<b>1 317</b>	<b>2 192</b>

A rubrica Outros Gastos Administrativos inclui o montante de 652 milhares de euros (2015: 1.167 milhares de euros) relativos a cedência de pessoal da Caixa Económica Montepio Geral e à prestação de serviços do MGAI – Montepio Gestão de ativos Imobiliários, ACE.

A rubrica Outros serviços especializados inclui em 2016 os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas de Contas do Montepio Investimento no âmbito das suas funções de revisão legal de contas, no montante de 18 milhares de euros (2015: 20 milhares de euros), excluindo IVA.

## 11 Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
<b>Outros ativos tangíveis</b>		
Equipamento		
Máquinas e ferramentas	1	-
Equipamento de transporte	8	4
	<u>9</u>	<u>4</u>

## 12 Imparidade de crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
<b>Crédito a clientes</b>		
Dotação do exercício	7 238	4 033
Reversão do exercício	( 6 068)	( 5 256)
	<u>1 170</u>	<u>( 1 223)</u>

A rubrica Crédito a clientes regista a estimativa de perdas incorridas determinadas de acordo com a avaliação da evidência objetiva de imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b).





## 13 Imparidade de outros ativos financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
<b>Imparidade de outros ativos financeiros</b>		
Dotação do exercício	7 046	4 599

A dotação do exercício de Imparidade para outros ativos financeiros diz respeito à imparidade constituída para fundos de investimento imobiliário, no valor de 4.721 milhares de euros (2015. 2.969 milhares de euros) e para fundos de recuperação de crédito, no valor de 2.325 milhares de euros (2015. 1.630 milhares de euros).

## 14 Imparidade de outros ativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
<b>Imparidade para ativos não correntes detidos para venda</b>		
Dotação do exercício	2 131	1 754
Reversão do exercício	( 1 798)	( 958)
	333	796

## 15 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
<b>Provisões para outros riscos e encargos</b>		
Dotação do exercício	10	-
Reversão do exercício	-	( 287)
	10	( 287)

## 16 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
<b>Em instituições de crédito no país</b>		
Calxa Económica Montepio Geral	46 679	10 460



## 17 Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
<b>Crédito Interno</b>		
A empresas		
Locação financeira	42 321	51 883
A particulares		
Locação financeira	9 305	10 718
	<u>51 626</u>	<u>62 601</u>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Menos de 90 dias	114	49
Mais de 90 dias	13 824	18 552
	<u>13 938</u>	<u>18 601</u>
	<u>65 564</u>	<u>81 202</u>
<b>Imparidade para riscos de crédito</b>	( 10 636)	( 11 634)
	<u>54 928</u>	<u>69 568</u>

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b), o Montepio Investimento abate ao ativo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que, após uma análise económica, sejam considerados Incobráveis por se concluir que não existem perspetivas da sua recuperação.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 32.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de dezembro 2016, é apresentada conforme segue:

	(milhares de euros)				
	<b>Crédito a clientes</b>				
	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>A mais de 5 anos</b>	<b>Indeterminado</b>	<b>Total</b>
Crédito em locação	3 893	11 298	36 435	13 938	65 564
	<u>3 893</u>	<u>11 298</u>	<u>36 435</u>	<u>13 938</u>	<u>65 564</u>

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, é apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	Crédito a clientes			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado
Crédito em locação	4 963	12 258	45 380	18 601
	4 963	12 258	45 380	18 601

O crédito vincendo em locação, em 31 de dezembro de 2016, em termos de prazos residuais e por prestação, é apresentado como segue:

(milhares de euros)

	Crédito em locação		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos
Rendas vincendas	7 127	22 078	21 011
Juros vincendos	( 1 654)	( 4 709)	( 5 902)
Valores residuais	526	2 984	10 165
	5 999	20 353	25 274

O crédito vincendo em locação, em 31 de dezembro de 2015, em termos de prazos residuais e por prestação, é apresentado como segue:

(milhares de euros)

	Crédito em locação		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos
Rendas vincendas	8 855	27 477	26 290
Juros vincendos	( 2 172)	( 6 100)	( 6 904)
Valores residuais	568	3 101	11 486
	7 251	24 478	30 872

Em relação à locação financeira, o Montepio Investimento não apresenta contratos relevantes como locador.



A análise do Crédito e juros vencidos, por tipo de crédito, é a seguinte:

(milhares de euros)		
	2016	2015
<b>Empresas</b>		
Crédito em locação	12 086	15 084
<b>Particulares</b>		
Crédito em locação	1 852	3 517
	<u>13 938</u>	<u>18 601</u>

A análise do Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é apresentada como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
<b>Empresas</b>		
Leasing imobiliário	7 840	8 730
Leasing automóvel	1 531	1 718
Leasing outros equipamentos	2 715	4 636
<b>Particulares</b>		
Leasing imobiliário	1 554	3 206
Leasing automóvel	161	168
Leasing outros equipamentos	137	143
	<u>13 938</u>	<u>18 601</u>

Os movimentos de imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Saldo no início do período	11 634	12 990
Dotação do período	7 238	4 033
Reversão do período	( 6 068)	( 5 256)
Utilização de imparidade	( 2 168)	( 133)
Saldo no final do período	<u>10 636</u>	<u>11 634</u>

Com a publicação do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015 e a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2016, a imparidade para riscos de crédito passou a ser integrada no modelo de imparidade do crédito, conforme a política contabilística descrita na nota 34.

Em conformidade com a política contabilística do Montepio Investimento, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Crédito com garantias reais	10 636	11 634

A anulação de crédito por utilização da respetiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Crédito com garantias reais	2 168	133

O Montepio Investimento, S.A. tem vindo a adotar medidas e práticas de forbearance, alinhadas ao contexto de risco, no sentido de ajustar o rendimento disponível ou a capacidade financeira dos clientes ao seu serviço da dívida. Nesta base, foram adotadas as recomendações entretanto legisladas no âmbito dos regimes de incumprimento (Decreto-Lei n.º 227/2012) e nas empresas (SIREVE, PER) e que estão amplamente divulgadas no site institucional, nas comunicações e normativos internos, para divulgação e implementação junto dos clientes que apresentem Indícios de dificuldades financeiras.

No que diz respeito às medidas de forbearance, foram essencialmente adotadas as que constam da Instrução do Banco de Portugal n.º 32/2013, de 15 de janeiro de 2014, designadamente alterações contratuais (carência de capital alargamento do prazo, diferimento de capital, etc.) e consolidação de dívidas noutro contrato com condições ajustadas à situação atual do cliente.

As reestruturações que foram efetuadas durante os exercícios de 2016 e 2015, revelaram-se positivas na medida em que permitiram mitigar o efeito da crise económica e financeira e, face a uma conjuntura em que se observam alguns Indícios de recuperação económica, adequando o serviço da dívida à capacidade financeira dos clientes.

Adicionalmente a carteira inclui créditos, que face a dificuldades financeiras do cliente, foram objeto de alteração das condições iniciais do contrato no montante de 11.851 milhares de euros (2015: 11.400 milhares de euros), os quais apresentam uma imparidade de 1.030 milhares de euros (2015: 1.322 milhares de euros).

Os créditos reestruturados são ainda objeto de uma análise de imparidade que resulta da reavaliação da expectativa face aos novos fluxos de caixa inerentes às novas condições contratuais, atualizados à taxa de juro original efetiva tomando ainda em consideração os novos colaterais apresentados.





O Montepio Investimento, S.A. utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a refletir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efetuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que refletem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respetiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respetivos ativos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a refletir a sua volatilidade.

A grande maioria dos colaterais físicos são reavaliados com uma periodicidade mínima anual.

## 18 Ativos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>		
Unidades de participação		
Fundo de participação CEMG	-	3 930

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a nota 1 c). Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica regista as unidades de participação no fundo de participação da Caixa Económica Montepio Geral detidas pelo Montepio Investimento.

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na nota 32.

Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, estes instrumentos estarão categorizados no nível 1.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de dezembro de 2015 é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	2015				Total
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Indeterminado	
<b>Títulos de rendimento variável</b>					
Unidades de participação					
Fundo de participação CEMG	-	-	-	3 930	3 930
	-	-	-	3 930	3 930

## 19 Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	2016				
		Reserva de justo valor		Perdas por	Valor de
	Custos <sup>(1)</sup>	Positiva	Negativa	imparidade	balanço
<b>Títulos de rendimento fixo</b>					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	11 230	1	( 166)	-	11 065
Estrangeiros	1 139	44	-	-	1 183
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	27 522	500	( 9)	-	28 013
Estrangeiros	11 514	185	( 53)	-	11 646
	51 405	730	( 228)	-	51 907
<b>Títulos de rendimento variável</b>					
Unidades de participação					
Fundo de participação CEMG	63	-	( 29)	-	34
Fundos de investimentos nacionais	93 767	592	-	( 11 645)	82 714
Fundos de investimentos estrangeiras	12 220	1 399	-	-	13 619
	106 050	1 991	( 29)	( 11 645)	96 367
	157 455	2 721	( 257)	( 11 645)	148 274

<sup>(1)</sup> Custo de aquisição no que se refere a ações e custo amortizado para títulos de dívida.

(milhares de euros)

	2015				
	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço	
	Custos <sup>(1)</sup>	Positiva	Negativa		
<b>Títulos de rendimento fixo</b>					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	10 637	226	( 1)	-	10 862
Estrangeiros	1 170	26	-	-	1 196
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	27 694	782	( 8)	-	28 468
Estrangeiros	11 636	88	( 40)	-	11 684
	51 137	1 122	( 49)	-	52 210
<b>Títulos de rendimento variável</b>					
Unidades de participação					
Fundo de participação CEMG	20 352	-	( 3 596)	-	16 756
Fundos de investimentos nacionais	102 377	155	-	( 4 599)	97 933
Fundos de investimentos estrangeiros	12 011	1 140	-	-	13 151
	134 740	1 295	( 3 596)	( 4 599)	127 840
	185 877	2 417	( 3 645)	( 4 599)	180 050

<sup>(1)</sup> Custo de aquisição no que se refere a ações e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na nota 1 c), a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respetivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor conforme nota 31. O Montepio Investimento avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, seguindo os critérios de julgamento descritos na nota 1 n).

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na nota 32.

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de imparidade, por níveis de valorização, com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015 é apresentado como segue:

(milhares de euros)				
2016				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Títulos de rendimento fixo</b>				
Obrigações de emissores públicos				
Nacionais	11 065	-	-	11 065
Estrangeiros	1 183	-	-	1 183
Obrigações de outros emissores				
Nacionais	-	28 013	-	28 013
Estrangeiros	11 646	-	-	11 646
	<u>23 894</u>	<u>28 013</u>	<u>-</u>	<u>51 907</u>
<b>Títulos de rendimento variável</b>				
Unidades de participação				
Fundo de participação CEMG	34	-	-	34
Fundos de investimentos nacionais	-	-	82 714	82 714
Fundos de investimentos estrangeiros	-	-	13 619	13 619
	<u>34</u>	<u>-</u>	<u>96 333</u>	<u>96 367</u>
	<u>23 928</u>	<u>28 013</u>	<u>96 333</u>	<u>148 274</u>

(milhares de euros)				
2015				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Títulos de rendimento fixo</b>				
Obrigações de emissores públicos				
Nacionais	10 862	-	-	10 862
Estrangeiros	1 196	-	-	1 196
Obrigações de outros emissores				
Nacionais	-	28 468	-	28 468
Estrangeiros	6 677	5 007	-	11 684
	<u>18 735</u>	<u>33 475</u>	<u>-</u>	<u>52 210</u>
<b>Títulos de rendimento variável</b>				
Unidades de participação				
Fundo de participação CEMG	16 756	-	-	16 756
Fundos de investimentos nacionais	-	-	97 933	97 933
Fundos de investimentos estrangeiros	-	-	13 151	13 151
	<u>16 756</u>	<u>-</u>	<u>111 084</u>	<u>127 840</u>
	<u>35 491</u>	<u>33 475</u>	<u>111 084</u>	<u>180 050</u>



Os ativos contemplados no nível 3, no montante de 96.333 milhares de euros (2015: 111.084 milhares de euros), correspondem a unidades de participação em fundos de investimento fechados cujo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela entidade gestora, conforme contas dos respetivos fundos. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela entidade gestora. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, na apresentação do VLGF dos fundos, ainda assim refira-se que uma variação +/- 10% do VLGF tem um impacto de 9.633 milhares de euros (2015: 11.108 milhares de euros) nos Capitais Próprios.

Os instrumentos classificados no nível 3 têm associados ganhos não realizados no montante de 1.991 milhares de euros (2015: 1.295 milhares de euros) registados em reservas de justo valor.

O montante de imparidade registado nestes títulos ascende a 11.645 milhares de euros (2015: 4.599 milhares de euros).

Não foram efetuadas transferências de e para este nível.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Saldo em 1 de janeiro	4 599	-
Dotação do exercício	7 046	4 599
Saldo em 31 de dezembro	11 645	4 599

Conforme descrito na política contabilística descrita na nota 1 c), a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida do total da reserva de justo valor e de imparidade. O total de reserva de justo valor para a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é positiva e ascende a 2.464 milhares de euros (2015: negativa 1.228 milhares de euros).

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda, por maturidade, em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

(milhares de euros)

	Inferior a três meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Indeterminado	Total
<b>Títulos de rendimento fixo</b>					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	2	59	11 004	-	11 065
Estrangeiros	38	-	1 145	-	1 183
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	-	65	27 948	-	28 013
Estrangeiros	43	90	11 513	-	11 646
	83	214	51 610	-	51 907
<b>Títulos de rendimento variável</b>					
Unidades de participação					
Fundo de participação CEMG	-	-	-	34	34
Fundos de investimentos nacionais	-	-	-	82 714	82 714
Fundos de investimentos estrangeiros	-	-	-	13 619	13 619
	-	-	-	96 367	96 367
	83	214	51 610	96 367	148 274

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

(milhares de euros)

	Inferior a três meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Indeterminado	Total
<b>Títulos de rendimento fixo</b>					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	-	81	10 781	-	10 862
Estrangeiros	38	-	1 158	-	1 196
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	-	70	28 398	-	28 468
Estrangeiros	43	90	11 551	-	11 684
	81	241	51 888	-	52 210
<b>Títulos de rendimento variável</b>					
Unidades de participação					
Fundo de participação CEMG	-	-	-	16 756	16 756
Fundos de investimentos nacionais	-	-	-	97 933	97 933
Fundos de investimentos estrangeiros	-	-	-	13 151	13 151
	-	-	-	127 840	127 840
	81	241	51 888	127 840	180 050

Os títulos dados em garantia ao Banco Central Europeu, no âmbito das operações da cedência de liquidez, registados em Ativos financeiros disponíveis para venda ascendem a 18.909 milhares de euros (2015: 18.744 milhares de euros), conforme nota 25.





## 20 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de euros)	
2016	2015
<b>Participações financeiras em filiais</b>	
Montepio - Capital de Risco, S.C.R., S.A.	- 250
Montepio - Gestão de Ativos Imobiliários, A.C.E	24 24
<b>24</b>	<b>274</b>

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)				
	<u>Número de ações</u>	<u>Participação direta no capital</u>	<u>Valor unitário Euros</u>	<u>Custo da participação</u>
<b>31 de dezembro de 2016</b>				
Montepio - Gestão de Ativos Imobiliários, A.C.E	2 449 707	1,00%	1,00	24
				24

Em 8 de outubro de 2014, foi constituído o Montepio – Capital de Risco, S.C.R., S.A., com um capital social de 250 milhares de euros, detido integralmente pelo Montepio Investimento.

Em 9 de maio de 2014, foi constituído o Montepio - Gestão de Ativos Imobiliários, ACE. Neste âmbito, o Montepio Investimento participa neste ACE com uma percentagem de 1%.

Em 24 de junho de 2016, foi deliberado, pela Assembleia Geral do Montepio Investimento, S.A., acionista único, a liquidação da Montepio Capital de Risco, S.C.R., S.A.

Handwritten signature and initials, likely representing the legal representative of Montepio Investimento, S.A.

Os dados relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)						
	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Provetos	Resultado líquido	Custo da participação
<b>31 de dezembro de 2016</b>						
Montepio - Gestão de Ativos Imobiliários, A.C.E.	3 734	1 285	2 450	4 942	-	24
<b>31 de dezembro de 2015</b>						
Montepio Capital de Risco, S.C.R., S.A.	421	69	352	424	153	250
Montepio - Gestão de Ativos Imobiliários, A.C.E.	3 762	1 312	2 450	4 489	-	24

(milhares de euros)						
	Percentagem detida		Valor de balanço		Resultados de associadas	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	%	%				
Montepio Capital de Risco, S.C.R., S.A.	-	100%	-	250	( 257)	153
Montepio - Gestão de Activos Imobiliários, A.C.E.	1,00%	1,00%	24	24	-	-

## 21 Ativos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Imóveis resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	23 989	24 310
Equipamento	524	488
	24 513	24 798
Imparidade para ativos não correntes detidos para venda	( 4 931)	( 4 598)
	19 582	20 200

Os ativos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 e).

A rubrica Imóveis e outros ativos resultantes de resolução de contratos de crédito sobre clientes resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respetiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Montepio Investimento; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora.

O Montepio Investimento tem implementado um plano com vista à venda imediata dos ativos não correntes detidos para venda. De acordo com a expectativa do Montepio Investimento, pretende-se que os referidos ativos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 1 ano, existindo uma estratégia para a sua alienação. No entanto, face às atuais condições de mercado, não é possível em algumas situações concretizar essas alienações no prazo esperado. A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados Contratos promessa de compra e venda no montante de 908 milhares de euros (2015: 1.159 milhares de euros).

Os movimentos dos ativos não correntes detidos para venda no exercício de 2016, são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Saldo em 1 de janeiro	24 798	23 671
Aquisições	4 357	4 886
Alienações	( 4 620)	( 3 759)
Outros movimentos	( 22)	-
Saldo em 31 de dezembro	24 513	24 798

Os movimentos da imparidade para ativos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Saldo em 1 de janeiro	4 598	3 802
Dotações	2 131	1 754
Reversões	( 1 798)	( 958)
Saldo em 31 de dezembro	4 931	4 598

Handwritten signatures and initials, including a large signature and the letters 'th'.

## 22 Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
<b>Investimento</b>		
Equipamento		
Mobiliário e material	75	75
Máquinas e ferramentas	25	25
Equipamento informático	264	264
Instalações interiores	155	155
Equipamento de transporte	12	12
Equipamento de segurança	1	1
Ativos em locação financeira	38	38
Outras imobilizações corpóreas	213	213
	<u>783</u>	<u>783</u>
<b>Amortizações acumuladas</b>		
Relativas ao exercício corrente	( 9)	( 4)
Relativas a exercícios anteriores	( 773)	( 769)
	<u>( 782)</u>	<u>( 773)</u>
	<u>1</u>	<u>10</u>



Os movimentos da rubrica Outros ativos tangíveis, durante o exercício de 2016, são analisados como segue:

(milhares de euros)					
	Saldo em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 dezembro
<b>Investimento</b>					
Equipamento					
Mobiliário e material	75	-	-	-	75
Máquinas e ferramentas	25	-	-	-	25
Equipamento informático	264	-	-	-	264
Instalações interiores	155	-	-	-	155
Material de transporte	12	-	-	-	12
Equipamento de segurança	1	-	-	-	1
Ativos em locação financeira	38	-	-	-	38
Outras imobilizações corpóreas	213	-	-	-	213
	<u>783</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>783</u>
<b>Amortizações acumuladas</b>					
Equipamento					
Mobiliário e material	( 75)	-	-	-	( 75)
Máquinas e ferramentas	( 23)	( 1)	-	-	( 24)
Equipamento informático	( 264)	-	-	-	( 264)
Instalações interiores	( 155)	-	-	-	( 155)
Material de transporte	( 4)	( 8)	-	-	( 12)
Equipamento de segurança	( 1)	-	-	-	( 1)
Ativos em locação financeira	( 38)	-	-	-	( 38)
Outras imobilizações corpóreas	( 213)	-	-	-	( 213)
	<u>( 773)</u>	<u>( 9)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>( 782)</u>
	<u>10</u>				<u>1</u>

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Os movimentos da rubrica Outros ativos tangíveis, durante o exercício de 2015, são analisados como segue:

	(milhares de euros)				
	Saldo em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 dezembro
<b>Investimento</b>					
Equipamento					
Mobiliário e material	75	-	-	-	75
Máquinas e ferramentas	23	2	-	-	25
Equipamento informático	264	-	-	-	264
Instalações interiores	155	-	-	-	155
Material de transporte	-	12	-	-	12
Equipamento de segurança	1	-	-	-	1
Ativos em locação financeira	38	-	-	-	38
Outras imobilizações corpóreas	213	-	-	-	213
Imobilizações em curso	17	-	-	( 17)	-
	<u>786</u>	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>( 17)</u>	<u>783</u>
<b>Amortizações acumuladas</b>					
Equipamento					
Mobiliário e material	( 75)	-	-	-	( 75)
Máquinas e ferramentas	( 23)	-	-	-	( 23)
Equipamento informático	( 264)	-	-	-	( 264)
Instalações interiores	( 155)	-	-	-	( 155)
Material de transporte	-	( 4)	-	-	( 4)
Equipamento de segurança	( 1)	-	-	-	( 1)
Ativos em locação financeira	( 38)	-	-	-	( 38)
Outras imobilizações corpóreas	( 213)	-	-	-	( 213)
	<u>( 769)</u>	<u>( 4)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>( 773)</u>
	<u>17</u>				<u>10</u>

## 23 Impostos

As diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro, são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 podem ser analisados como se segue:

	(milhares de euros)					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Instrumentos financeiros	76	1 075	( 804)	( 713)	( 728)	362
Provisões / imparidades						
Imparidade de crédito	3 138	3 432	-	-	3 138	3 432
Outras provisões	11	8	-	-	11	8
Imposto diferido ativo/(passivo) líquido	<u>3 225</u>	<u>4 515</u>	<u>( 804)</u>	<u>( 713)</u>	<u>2 421</u>	<u>3 802</u>



Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	2016 %	2015 %
Taxa de IRC (a)	21,0%	21,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa de derrama estadual	7,0%	7,0%
Total (b)	29,5%	29,5%

(a) - Aplicável aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais;

(b) - Aplicável aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias.

Os ativos e passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza quanto à recuperação de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 k) e de acordo com os requisitos definidos na IAS 12, os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos tendo por base a expectativa do Montepio Investimento da sua recuperabilidade.

Com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Montepio Investimento não reconheceu impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais reportáveis. Com efeito, atendendo ao facto de o Montepio Investimento ser tributado pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, os prejuízos fiscais são apurados neste âmbito.



O imposto reconhecido em resultados e reservas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 teve as seguintes origens:

(milhares de euros)

	2016		2015	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros	-	1 089	-	( 2 199)
Provisões/imparidades	291	-	484	-
Imposto diferido	291	1 089	484	( 2 199)
Impostos correntes	( 40)	-	940	-
Total do imposto reconhecido	251	1 089	1 424	( 2 199)

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2016		2015	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		( 12 653)		7 289
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto vigente	21,0	( 2 657)	21,0	1 531
Derrama municipal e estadual	-	-	3,2	234
Contribuição extraordinária sobre o sector bancário	(0,2)	23	0,7	52
Constituição/reversão de provisões/imparidades tributadas	1,3	( 162)	0,4	28
Tributações autónomas	(0,1)	12	0,7	48
Outros	2,0	( 256)	(7,4)	( 543)
Correções relativas a exercícios anteriores	0,4	( 52)	(1,2)	( 88)
Imposto diferido de prejuízos fiscais não reconhecido	(25,8)	3 260	-	-
Efeito das diferenças de taxa de imposto	(0,7)	83	2,2	162
Imposto do período	(2,0)	251	19,5	1 424

A

Autoridade Tributária pode proceder à revisão do resultado fiscal do Montepio Investimento durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou crédito de imposto, em que o período é o do exercício desse direito.

## 24 Outros ativos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Outros devedores	2 453	1 398
Outros proveitos a receber	46	53
Despesas com custo diferido	16	15
Aplicações conta caução	833	2 285
IRC a Recuperar	1 815	1 815
	<b>5 163</b>	<b>5 566</b>
Imparidade para outros ativos	( 1 054)	( 1 054)
	<b>4 109</b>	<b>4 512</b>

## 25 Recursos de bancos centrais

A análise da rubrica Recursos de bancos centrais pelo período remanescente a 31 de dezembro de 2016 e de 2015, é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Até 3 meses	15 000	15 000

Em 31 de dezembro de 2016, esta rubrica regista os recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colateralizados por títulos da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda no montante de 18.909 milhares de euros (2015: 18.774 milhares de euros), conforme nota 19.

## 26 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de euros)					
	2016			2015		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Recursos de instituições de crédito no país	-	75 166	75 166	-	75 161	75 161
	-	75 166	75 166	-	75 161	75 161

A rubrica de recursos de Instituições de crédito no país refere-se a empréstimos junto da Caixa Económica Montepio Geral.

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito, pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Até 3 meses	52 605	35 036
3 meses até 6 meses	5 005	22 558
6 meses a 1 ano	17 556	17 567
	75 166	75 161

## 27 Provisões

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Provisões para outros riscos e encargos	36	26

Os movimentos das provisões para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	26	313
Dotação do exercício	10	-
Reversão do exercício	-	( 287)
Saldo no final do período	36	26

## 28 Outros passivos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Credores		
Fornecedores	218	326
Outros credores	849	7 829
Sector Público administrativo	153	176
Férias e subsídio de férias a pagar	61	68
Outros custos a pagar	106	538
Receitas antecipadas	4	4
Contas diversas	574	343
	1 965	9 284

A 31 de dezembro de 2016, a rubrica Outros Credores inclui o valor de 383 milhares de euros (2015: 7.610 milhares de euros) de dívidas a liquidar à CEMG.

## 29 Capital

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital subscrito do Montepio Investimento ascende a 180.000 milhares de euros e encontra-se integralmente realizado, sendo formado por 180.000.000 ações de valor nominal de 1 euro.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Montepio Holding detém 100% das ações representativas do capital social do Montepio Investimento.

## 30 Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa o Montepio Investimento deverá reforçar anualmente a Reserva Legal com pelo menos 10% dos lucros anuais até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva, ser distribuída.

## 31 Reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
<b>Reservas de reavaliação</b>		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Valor bruto	2 464	( 1 228)
Imposto	( 727)	362
	<u>1 737</u>	<u>( 866)</u>
<b>Outras reservas e resultados transitados</b>		
Reserva legal	9 092	8 614
Outras reservas	24 599	24 599
Resultados transitados	( 17 935)	( 23 322)
	<u>15 756</u>	<u>9 891</u>

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a nota 1 c).



A movimentação da reserva de justo valor em ativos financeiros disponíveis para venda durante o exercício de 2016 é apresentada como segue:

(milhares de euros)						
	Saldo em 1 de janeiro	Reavaliação	Aquisições	Alienações	Variação de imparidade no exercício	Saldo em 31 de dezembro
<b>Títulos de rendimento fixo</b>						
De emissores públicos						
Nacionais	225	( 391)	1	-	-	( 165)
Estrangeiros	26	18	-	-	-	44
De outros emissores						
Nacionais	774	( 283)	-	-	-	491
Estrangeiros	48	84	-	-	-	132
	<b>1 073</b>	<b>( 572)</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>502</b>
<b>Títulos de rendimento variável</b>						
Unidades de participação						
Fundo de participação CEMG	( 3 596)	( 29)	-	3 596	-	( 29)
Fundos investimentos nacionais	155	( 6 609)	-	-	7 046	592
Fundos investimentos estrangeiros	1 140	259	-	-	-	1 399
	<b>( 2 301)</b>	<b>( 6 379)</b>	<b>-</b>	<b>3 596</b>	<b>7 046</b>	<b>1 962</b>
	<b>( 1 228)</b>	<b>( 6 951)</b>	<b>1</b>	<b>3 596</b>	<b>7 046</b>	<b>2 464</b>

A movimentação da reserva de justo valor em ativos financeiros disponíveis para venda durante o exercício de 2015 é apresentada como segue:

(milhares de euros)						
	Saldo em 1 de janeiro	Reavaliação	Aquisições	Alienações	Variação de imparidade no exercício	Saldo em 31 de dezembro
<b>Títulos de rendimento fixo</b>						
De emissores públicos						
Nacionais	7 666	-	225	( 7 666)	-	225
Estrangeiros	-	-	26	-	-	26
De outros emissores						
Nacionais	409	373	( 8)	-	-	774
Estrangeiros	-	-	48	-	-	48
	<b>8 075</b>	<b>373</b>	<b>291</b>	<b>( 7 666)</b>	<b>-</b>	<b>1 073</b>
<b>Títulos de rendimento variável</b>						
Unidades de participação						
Fundo de participação CEMG	3	( 47)	( 3 552)	-	-	( 3 596)
Fundos investimentos nacionais	( 2 163)	( 2 281)	-	-	4 599	155
Fundos investimentos estrangeiros	314	826	-	-	-	1 140
	<b>( 1 846)</b>	<b>( 1 502)</b>	<b>( 3 552)</b>	<b>-</b>	<b>4 599</b>	<b>( 2 301)</b>
	<b>6 229</b>	<b>( 1 129)</b>	<b>( 3 261)</b>	<b>( 7 666)</b>	<b>4 599</b>	<b>( 1 228)</b>

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	157 455	185 877
Imparidade acumulada reconhecida	( 11 645)	( 4 599)
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	145 810	181 278
Valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	148 274	180 050
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	2 464	( 1 228)

## 32 Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respetivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as atuais condições da política de *pricing* do Montepio Investimento.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, fatores de natureza prospetiva, como por exemplo a evolução futura de negócio. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Montepio Investimento.

De seguida são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros:

### *Disponibilidades em outras Instituições de Crédito, Recursos de bancos centrais e Recursos de outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

**Ativos financeiros disponíveis para venda**

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – *Reuters* e *Bloomberg* – sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

**Créditos a clientes com maturidade definida**

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Montepio Investimento para cada uma das classes homogêneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* praticado à data de reporte, calculado através da média da produção do quarto trimestre de 2016. A taxa média de desconto foi de 3,68% para o crédito em locação financeira (31 de dezembro de 2015: 4,66%), assumindo a projeção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efetuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos ativos e passivos financeiros do Montepio Investimento contabilizados ao valor contabilístico e ao justo valor é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2016				
	Ao justo valor através de resultados	Custo amortizado	Ao justo valor através de reservas	Valor contabilístico	Justo valor
<b>Ativos Financeiros</b>					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	46 679	-	46 679	46 679
Crédito a clientes	-	54 928	-	54 928	56 099
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	148 274	148 274	148 274
	-	101 607	148 274	249 881	251 052
<b>Passivos financeiros</b>					
Recursos de bancos centrais	-	15 000	-	15 000	15 000
Recursos de outras instituições de crédito	-	75 166	-	75 166	75 166
	-	90 166	-	90 166	90 166

(milhares de euros)

	2015				
	Ao justo valor através de resultados	Custo amortizado	Ao justo valor através de reservas	Valor contabilístico	Justo valor
<b>Ativos Financeiros</b>					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	10 460	-	10 460	10 460
Crédito a clientes	-	69 568	-	69 568	68 058
Ativos financeiros detidos para negociação	3 930	-	-	3 930	3 930
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	180 050	180 050	180 050
	3 930	80 028	180 050	264 008	262 498
<b>Passivos financeiros</b>					
Recursos de bancos centrais	-	15 000	-	15 000	15 000
Recursos de outras instituições de crédito	-	75 161	-	75 161	75 161
	-	90 161	-	90 161	90 161

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Montepio Investimento, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2016:

(milhares de euros)

	2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Justo valor
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	46 679	-	-	46 679
Crédito a clientes	-	-	56 099	56 099
Ativos financeiros disponíveis para venda	23 928	28 013	96 333	148 274
	70 607	28 013	152 432	251 052
<b>Passivos financeiros</b>				
Recursos de bancos centrais	15 000	-	-	15 000
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	75 166	75 166
	15 000	-	75 166	90 166

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Montepio Investimento, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2015:

(milhares de euros)

	2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Justo valor
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	10 460	-	-	10 460
Crédito a clientes	-	-	68 058	68 058
Ativos financeiros detidos para negociação	3 930	-	-	3 930
Ativos financeiros disponíveis para venda	35 491	33 475	111 084	180 050
	<u>49 881</u>	<u>33 475</u>	<u>179 142</u>	<u>262 498</u>
<b>Passivos financeiros</b>				
Recursos de bancos centrais	15 000	-	-	15 000
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	75 161	75 161
	<u>15 000</u>	<u>-</u>	<u>75 161</u>	<u>90 161</u>

O Montepio Investimento utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com 3 níveis na valorização de instrumentos financeiros (ativos ou passivos), a qual reflete o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transações em mercados ativos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado ativo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para as quais o acesso existe;
- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados ativos, sejam dados diretos (preços, taxas, *spreads*, etc.) ou indiretos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro; e
- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados ativos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Montepio Investimento considera um mercado ativo para um dado instrumento financeiro quando, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade; e
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado ativo;
- Ou, se existe um Mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado ativo, com a exceção da condição de volumes de negociação; e
- Ou, o valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

## 33 Transações com partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas do Montepio Investimento as empresas detalhadas na nota 20, e os membros do Conselho de Administração da Sociedade. Para além dos membros do Conselho de Administração são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.

De acordo com a legislação portuguesa, e nomeadamente no âmbito dos artigos 85º e 109º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), são ainda consideradas partes relacionadas, os membros do Conselho Fiscal e acionista único, que detém 100% dos direitos de voto, bem como as pessoas singulares relacionadas com estas categorias e entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.





Nesta base, o conjunto de partes relacionadas consideradas pelo Montepio Investimento, é apresentado como segue:

## Conselho de Administração

João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo  
José Carlos Sequeira Mateus  
Luís Filipe dos Santos Costa  
Pedro Nuno Coelho Pires

## Conselho Fiscal

Norberto Cunha Junqueira Félix Pilar  
António Monteiro de Magalhães  
Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes

## Acionista

Montepio Holding, SGPS, S.A.

## Outras Partes Relacionadas

Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.  
Banco Terra, S.A.  
Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.  
Bolsimo - Gestão Activos S.A.  
Carteira Imobiliária - Fundo Especial Invest. Imob. Aberto  
Clínica CUF de Belém, S.A.  
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.  
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.  
Finibanco Angola, S.A.  
Fundação Montepio Geral  
Fundo de Pensões Montepio Geral  
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.  
Germon - Empreendimentos Imobiliários, S.A.  
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.  
Leacock Prestação de Serviços Limitada  
Lusitania Companhia Seguros, S.A.  
Lusitania Vida Companhia Seguros, S.A.  
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.  
Montepio Arrendamento - FILAH  
Montepio Arrendamento II - FILAH  
Montepio Arrendamento III - FILAH  
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Montepio Geral Associação Mutualista  
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.  
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE  
Montepio Holding, SGPS, S.A.  
Montepio Imóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.  
Montepio Seguros SGPS, S.A.  
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.  
N Seguros, S.A.  
Naviser - Transportes Marítimos Internacionais, S.A.  
Nebra Energias Renovables, S.L.  
Nova Câmbios - Instituição de Pagamento, S.A.  
Pelican Mortgages I P Limited Company  
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado  
Portugal Estates Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado  
Residências Montepio - Serviços de Saúde, S.A.  
SAGIES - Segurança E Higiene No Trabalho, S.A.  
Semelhanças e Coincidências, S.A.  
SILV/IP - Soc. Gestora Fundos Investimento Imobiliários, S.A.  
Ssag incentive - Soc. Serviços Auxiliares e Gestão de Imóveis, S.A.  
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.  
Valor Prime - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto




À data de 31 de dezembro de 2016, os débitos e créditos detidos pelo Montepio Investimento sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Disponibilidades em IC's, Ativos financeiros disponíveis para venda, Outros ativos, Recursos de outras IC's e Outros passivos são analisados como segue:

(milhares de euros)

2016				
Empresas	Disponibilidades em IC's	Outros ativos	Recursos de outras IC's	Outros passivos
Caixa Económica Montepio Geral	46 679	259	75 166	383
Carteira Imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto	-	47	-	-
Montepio Gestão de Activos Imobiliários ACE	-	-	-	55
	<u>46 679</u>	<u>306</u>	<u>75 166</u>	<u>438</u>

À data de 31 de dezembro de 2015, os débitos e créditos detidos pelo Montepio Investimento sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Disponibilidades em IC's, Ativos financeiros detidos para negociação, Ativos financeiros disponíveis para venda, Outros ativos, Recursos de outras IC's e Outros passivos são analisados como segue:

(milhares de euros)

2015				
Empresas	Disponibilidades em IC's	Outros ativos	Recursos de outras IC's	Outros passivos
Caixa Económica Montepio Geral	10 460	259	75 161	7 610
Carteira Imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto	-	53	-	-
Montepio Gestão de Activos Imobiliários ACE	-	-	-	20
Montepio Crédito	-	-	-	2
Montepio Recuperação de Crédito ACE	-	-	-	5
Montepio Holding S.G.P.S. S.A.	-	-	-	361
	<u>10 460</u>	<u>312</u>	<u>75 161</u>	<u>7 998</u>

À data de 31 de dezembro de 2016, os proveitos e custos do Montepio Investimento sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Encargos com serviços e comissões, Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, Rendimentos com serviços e comissões e Gastos gerais administrativos são analisados como segue:

(milhares de euros)

2016					
Empresas	Juros e encargos similares	Juros e rendimentos similares	Encargos com serviços e comissões	Rendimentos com serviços e comissões	Gastos gerais administrativos
Caixa Económica Montepio Geral	593	44	( 21)	-	( 443)
Carteira Imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto	-	-	-	197	-
Montepio Crédito	-	-	-	-	( 4)
	593	44	( 21)	197	( 447)

À data de 31 de dezembro de 2015, os proveitos e custos do Montepio Investimento sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Encargos com serviços e comissões, Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, Rendimentos com serviços e comissões, Outros resultados de exploração e Gastos gerais administrativos são analisados como segue:

(milhares de euros)

2015						
Empresas	Juros e encargos similares	Juros e rendimentos similares	Encargos com serviços e comissões	Rendimentos com serviços e comissões	Outros resultados de exploração	Gastos gerais administrativos
Caixa Económica Montepio Geral	( 344)	3	( 1)	-	-	( 1 167)
Carteira Imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto	-	-	-	206	-	-
Montepio Crédito	-	-	-	-	-	( 10)
Montepio, SCR	-	-	-	-	2	-
	( 344)	3	( 1)	206	2	( 1 177)

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão bem como as transações efetuadas com os mesmos, constam na nota 9.

## 34 Gestão de riscos

### Perfil Geral de Risco

Atendendo à estrutura do Montepio Investimento, S.A. e à sua inserção no grupo CEMG, a gestão de riscos é efetuada, nos termos legalmente admitidos, pela Caixa Económica Montepio Geral.

O apetite pelo risco é baseado em determinados princípios – nomeadamente solidez, sustentabilidade e rendibilidade – e definido em função do plano estratégico e do posicionamento no mercado pretendido. A CEMG analisa os riscos que enfrenta nas suas atividades e identifica os que são materialmente relevantes. Para estes, são estabelecidos objetivos em função do nível desejado de retorno e estratégia, níveis de tolerância, isto é, intervalos de variação do risco que podem originar discussões e decisões sobre medidas corretivas, e limites que sendo ultrapassados podem originar medidas corretivas imediatas.

A principal preocupação do Conselho de Administração Executivo ("CAE") da CEMG na definição do apetite ao risco consiste no seu alinhamento com as outras componentes organizacionais (estratégia de negócio e vetores globais da estratégia de risco). Adicionalmente, o CAE da CEMG procura assegurar que o apetite ao risco é bem compreendido por toda a organização, principalmente pelas unidades de negócio responsáveis pela tomada de decisão, que possam afetar a exposição ao risco e a sua monitorização.

O CAE da CEMG determina a manutenção de rácios de balanço sólidos, através de uma forte posição de capital e de um perfil de liquidez estável e seguro, que permitam enfrentar situações de stress. O CAE da CEMG procura assegurar capital suficiente para responder às necessidades regulatórias, para cobrir potenciais perdas, com uma estrutura de balanço otimizada que permita manter uma capacidade de financiamento estável e fortes reservas de liquidez, limitando o risco de potenciais problemas de liquidez e garantindo a continuidade das suas operações, sem a intervenção das entidades de supervisão, e a proteção dos seus depositantes e detentores de dívida não subordinada.

Em particular, o Montepio Investimento tem objetivos claros para os rácios de capital e rácios de liquidez e financiamento, para além de um modelo de negócio alinhado com a apetência pelo risco.



## **Estratégias e Processos**

O Montepio Investimento está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua atividade.

A política de gestão de risco do Montepio Investimento visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio. Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercado, liquidez, imobiliário e operacional - a que se encontra sujeita a atividade do Montepio Investimento.

A gestão global de riscos do Grupo CEMG é da competência do CAE da CEMG, sendo que são a esse nível definidos os níveis de tolerância e limites máximo de risco que se está disposto a assumir globalmente, para cada risco específico considerado materialmente relevante, de acordo com os objetivos estratégicos e planos de negócios definidos. Esta política é revista regularmente em função dos resultados obtidos e dos níveis definidos para indicadores e limites de risco.

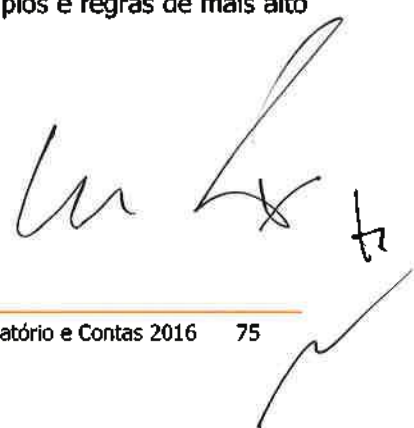
O controlo e a gestão eficiente dos riscos têm vindo a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado e sustentado da CEMG. Para além de contribuírem para a otimização do binómio rentabilidade/risco das várias linhas de negócio asseguram, também, a manutenção de um perfil de risco conservador ao nível da solvabilidade e da liquidez.

A gestão de risco tem mantido, como principais, os seguintes objetivos:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adotando progressivamente princípios e metodologias uniformes;
- Contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de otimização da base de capital; e
- Acompanhamento das atividade e estratégias internacionais da CEMG, colaborando no desenho das soluções organizativas e na monitorização e reporte do risco assumido pelas entidades locais.

## **Estrutura e Organização**

O CAE da CEMG, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adotar relativamente à gestão dos riscos incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser seguidas na gestão da mesma.



Em termos de supervisão interna, o Conselho Geral e de Supervisão da CEMG, cujos membros são eleitos em Assembleia Geral da CEMG, que também designa o Presidente, nomeia a Comissão para as Matérias Financeiras, cujas funções, exercidas de forma independente, incluem a fiscalização da eficácia dos sistemas e procedimentos de auditoria Interna, de controlo interno, de controlo de risco e de contabilidade.

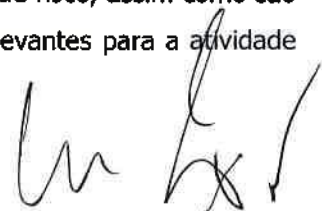
Estão, ainda, constituídos três Comités de Apoio ao Conselho Geral e de Supervisão. O Comité de Remunerações é composto por três membros eleitos em Assembleia Geral, que também designa o Presidente. Os membros do Comité de Remunerações devem ser independentes relativamente aos membros do Conselho de Administração Executivo da CEMG e, em geral, relativamente aos assuntos sobre os quais deliberam e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração. Compete ao Comité de Remunerações o exercício das funções definidas na Lei, no respeito da política de remunerações aprovada em Assembleia Geral. O Comité de Avaliações é composto por três membros independentes e com competência para o exercício das funções em causa, eleitos em Assembleia Geral, que também designa o Presidente. Compete ao Comité de Avaliações o exercício das funções relacionadas com a política Interna de seleção e avaliação dos membros dos órgãos. O Comité de Riscos é composto por três dos membros do Conselho Geral e de Supervisão eleitos para esta função em Assembleia Geral, que também designa o Presidente. Compete ao Comité de Riscos o exercício das funções definidas na Lei.

Adicionalmente, estão constituídos Comités de Apoio ao Conselho de Administração Executivo, que são estruturas dependentes do Conselho de Administração Executivo, constituindo-se como fóruns de debate e de suporte à tomada de decisão, através da formulação de propostas e recomendações ao Conselho de Administração Executivo, nas áreas do seu âmbito de intervenção.

O Comité de Ativos e Passivos (ALCO) é responsável pelo acompanhamento da gestão do Capital, do Balanço e da Demonstração dos Resultados. Entre as suas funções, destacam-se a emissão de propostas ou recomendações ao Conselho de Administração Executivo tendo em vista a atualização do perfil de risco da CEMG, a fixação de limites para a assunção de riscos, a gestão das posições de liquidez ou de capital, a adoção de medidas de recuperação, tendo em conta os cenários de expansão da atividade, o contexto macroeconómico e os indicadores referentes à evolução real e esperados dos diferentes riscos.

O Comité de Controlo Interno tem como âmbito apoiar e aconselhar o Conselho de Administração Executivo nas matérias relativas ao sistema de controlo interno, de modo a assegurar a sua adequação e eficácia e o cumprimento das disposições aplicáveis, bem como promover a sua melhoria contínua e o alinhamento com as melhores práticas neste domínio. Entre as suas funções, destacam-se a formulação de propostas ou recomendações ao Conselho de Administração Executivo com vista à otimização do sistema de controlo interno e à melhoria dos níveis de risco operacional e à implementação das medidas corretivas ou de melhoria de acordo com o calendário definido.

No Comité de Risco é monitorizada a evolução da exposição às diferentes tipologias de risco, assim como são analisadas políticas, metodologias, modelos e limites de quantificação dos riscos relevantes para a atividade





da CEMG e a adequação dos modelos de governo, processos e procedimentos, metodologias e sistemas de identificação, quantificação, monitorização e reporte de risco, sendo formuladas propostas ou emitidas recomendações ao Conselho de Administração Executivo com vista a promover a melhoria dos processos de gestão de risco.

O Comité de Negócio aprecia e define as características de novos produtos e serviços, bem como de produtos e serviços em comercialização no que se refere à sua adequação à política de risco em vigor em cada momento e ao quadro regulamentar.

A análise e monitorização da gestão do Fundo de Pensões estão a cargo do Comité de Acompanhamento do Fundo de Pensões, onde são emitidos pareceres sobre eventuais propostas de alteração à política de gestão em vigor em cada momento. Adicionalmente a CEMG integra o Comité de Investimentos da Futuro, órgão que toma decisões de gestão sobre o Fundo de Pensões do Montepio.

O Comité de Risco Imobiliário acompanha a gestão do risco imobiliário, formulando propostas ou emitindo recomendações ao Conselho de Administração Executivo com vista a promover uma gestão otimizada do risco imobiliário em linha com os objetivos globais definidos.

No Comité de Recuperação de Crédito é acompanhado, ao nível da eficiência e eficácia, o desempenho do processo de recuperação de crédito, sendo formuladas propostas ou emitidas recomendações para aprovação do Conselho de Administração Executivo com vista ao aumento da performance e incremento das medidas/planos de recuperação de crédito.

A Direção de Risco tem como missão apoiar o Conselho de Administração Executivo, na tomada de decisões associadas à gestão dos diferentes tipos de risco inerentes à atividade, no seio do Grupo, sendo o órgão responsável pela função de gestão de risco.

Esta Direção assegura a análise e gestão dos riscos, prestando aconselhamento ao Conselho de Administração Executivo, designadamente através da proposta de normativos e de modelos de gestão dos diferentes riscos, da elaboração de reportes de gestão que servem de base à tomada de decisão e da participação em Comités de Apoio ao Conselho de Administração Executivo.

A Direção de Risco assegura igualmente o cumprimento de um conjunto de reportes prudenciais à autoridade de supervisão, designadamente no domínio dos requisitos de fundos próprios, controlo de grandes riscos, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco-país, risco de contraparte, autoavaliação da adequação de Fundos Próprios, Disciplina de Mercado, Plano de Recuperação e Plano de Resolução.

Adicionalmente, no âmbito da gestão do risco de crédito, a Direção de Análise de Crédito assegura a apreciação das propostas de crédito de empresas e particulares.

A função de auditoria interna, assegurada pela Direção de Auditoria e Inspeção, constitui parte integrante do processo de monitorização do sistema de controlo interno, executando avaliações autónomas complementares sobre os controlos efetuados, identificando eventuais deficiências e recomendações, as quais são documentadas e reportadas ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização.

Incluem-se nas funções da Direção de Auditoria e Inspeção a realização de auditorias aos processos de Gestão de Risco, de acordo com as orientações dadas pelas entidades de supervisão, incluindo a revisão independente dos modelos internos de avaliação do risco e do cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura de riscos. Com base nos resultados das auditorias realizadas são recomendadas medidas e efetuado, de forma contínua, o acompanhamento das mesmas no sentido de garantir que as medidas necessárias são tomadas e que as mesmas são geridas adequadamente.

A função de *compliance* ("controlo de cumprimento") enquanto parte integrante do sistema de controlo interno assume como principal responsabilidade a gestão do risco de *compliance*, o qual se traduz no risco de ocorrerem sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação em consequência da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e as boas práticas.

O risco de *compliance* é mitigado através da promoção de uma cultura de *compliance*, de respeito das entidades do grupo e dos seus colaboradores por todo o normativo aplicável.

Compete à função de *compliance*, exercida através de uma intervenção independente, permanente e efetiva, definir os respetivos procedimentos e mecanismos de controlo de conformidade e efetuar a respetiva monitorização.

Nas atividades executadas são identificados e avaliados os aspetos que concorrem para a caracterização do risco de *compliance*, com especial incidência nos processos institucionais, associados a produtos e serviços, deveres de informação para com os clientes e, em geral, prestando um apoio especializado em matérias de controlo e cumprimento.

Compete à função de *compliance* a elaboração e apresentação, aos Órgãos de Administração e de Fiscalização, de um relatório, de periodicidade pelo menos anual, que identifique eventuais incumprimentos e as respetivas recomendações com o propósito de corrigir as não conformidades ou deficiências identificadas.

A função de *compliance*, cujo exercício se encontra atribuída à Direção de Compliance tem decorrido com o objetivo de reforçar e concretizar as linhas de orientação estratégica no que diz respeito à melhoria da gestão e do sistema de controlo interno.



O Montepio Investimento encontra-se exposto a um conjunto de riscos, nomeadamente riscos de crédito, concentração, mercado, liquidez, imobiliário e operacional. Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou ações, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas. Todos os riscos identificados como materiais estão sujeitos a um controlo regular e a ações de mitigação, a fim de reduzir as perdas potenciais. A monitorização desses riscos é centralizada na Direção de Risco, que informa Conselho de Administração do Montepio Investimento e o Conselho de Administração Executivo da CEMG da sua evolução e propõe medidas de atuação quando necessário.

### Sistemas de Medição do Risco

#### Risco de Crédito

O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

O princípio fundamental da análise de risco de crédito é a independência face às decisões de negócio, com reporte direto ao Conselho de Administração. Nesta análise são utilizados instrumentos e definidas regras de acordo com a materialidade das exposições, a familiaridade com os tipos de risco em causa (e.g. a capacidade de modelização desses riscos) e a liquidez dos instrumentos.

No que respeita a risco de crédito, a carteira de obrigações mantém a sua posição predominantemente em títulos de emitentes portugueses.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Montepio Investimento ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46 679	10 460
Crédito a clientes	54 928	69 568
Ativos financeiros disponíveis para venda	51 907	52 210
Outros ativos	3 345	3 736
	<b>156 859</b>	<b>135 974</b>



A repartição por setores de atividade, para o período findo em 31 de dezembro de 2016, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de euros)

Setor de atividade	2016			
	Crédito a clientes		Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Agricultura, silvicultura e pesca	409	9	-	-
Indústrias extrativas	1 869	728	-	-
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	879	99	-	-
Têxteis e vestuário	1 398	483	-	-
Curtumes e calçado	187	50	-	-
Madeira e cortiça	338	35	-	-
Papel e indústrias gráficas	1 965	414	-	-
Produtos químicos e de borracha	1 048	191	-	-
Produtos minerais não metálicos	541	296	-	-
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	1 847	341	-	-
Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos elétricos	934	75	-	-
Fabricação de material de transporte	305	86	-	-
Outras indústrias transformadoras	2 207	467	-	-
Eletricidade, gás e água	831	30	1 104	-
Construção e obras públicas	3 302	1 089	-	-
Comércio por grosso e a retalho	11 478	2 522	-	-
Turismo	2 657	280	-	-
Transportes	822	452	-	-
Atividades de informação e comunicação	113	4	-	-
Atividades financeiras	83	31	4 486	-
Atividades imobiliárias	9 889	1 044	-	-
Serviços prestados às empresas	2 568	410	28 013	-
Administração e serviços públicos	957	4	12 248	-
Outras atividades de serviços coletivos	10 442	598	-	-
Crédito à habitação	9 027	698	-	-
Outros	470	220	6 056	-
<b>Total</b>	<b>65 564</b>	<b>10 636</b>	<b>51 907</b>	<b>-</b>

A repartição por setores de atividade, para 31 de dezembro de 2015, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de euros)

Setor de atividade	2015			
	Crédito a clientes		Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Agricultura, silvicultura e pesca	669	57	-	-
Indústrias extrativas	1 776	524	-	-
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	1 451	128	-	-
Têxteis e vestuário	1 602	309	-	-
Curtumes e calçado	207	40	-	-
Madeira e cortiça	502	31	-	-
Papel e indústrias gráficas	2 385	700	-	-
Produtos químicos e de borracha	1 239	207	-	-
Produtos minerais não metálicos	607	277	-	-
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	3 889	1 212	-	-
Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos elétricos	607	48	-	-
Fabricação de material de transporte	338	68	-	-
Outras indústrias transformadoras	2 202	382	-	-
Eleticidade, gás e água	5	3	1 102	-
Construção e obras públicas	5 593	1 349	-	-
Comércio por grosso e a retalho	14 243	1 905	-	-
Turismo	2 923	226	-	-
Transportes	861	315	-	-
Atividades de informação e comunicação	315	179	-	-
Atividades financeiras	82	10	4 492	-
Atividades imobiliárias	13 667	1 143	-	-
Serviços prestados às empresas	2 763	301	28 468	-
Administração e serviços públicos	1 266	4	12 058	-
Outras atividades de serviços colectivos	10 640	944	-	-
Crédito à habitação	10 863	1 089	-	-
Outros	509	185	6 090	-
<b>Total</b>	<b>81 202</b>	<b>11 634</b>	<b>52 210</b>	<b>-</b>

A carteira de crédito do Montepio Investimento, no montante de 54.928 milhares de euros (31 de dezembro 2015: 69.568 milhares de euros), dividida entre crédito com imparidade e sem imparidade, é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
<b>Crédito total</b>	<b>65 564</b>	<b>81 202</b>
<b>Individualmente significativos</b>		
Valor bruto	27 860	26 332
Imparidade	(4.200)	(4.399)
Valor líquido	23 660	21 933
<b>Análise coletiva</b>		
<b>Crédito com sinais de imparidade</b>		
Valor bruto	15 445	23 685
Imparidade	(6.320)	(7.029)
Valor líquido	9 125	16 656
<b>Crédito sem sinais de imparidade</b>	22 259	31 185
Imparidade (IBNR)	(116)	(206)
<b>Valor líquido</b>	<b>54 928</b>	<b>69 568</b>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe da imparidade determinada de acordo com a nota política contabilística descrita na nota 1 c), é apresentado como segue:

		(milhares de euros)					
		2016					
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base <i>portfólio</i>		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a empresas	27 450	4 189	26 781	5 623	54 231	9 812	44 419
Crédito a particulares – Habitação	410	11	10 625	603	11 036	614	10 421
Crédito a particulares – Outros	-	-	298	210	298	210	88
	<u>27 860</u>	<u>4 200</u>	<u>37 704</u>	<u>6 436</u>	<u>65 564</u>	<u>10 636</u>	<u>54 928</u>

		(milhares de euros)					
		2015					
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base <i>portfólio</i>		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a empresas	26 297	4 399	40 426	5 697	66 723	10 296	56 427
Crédito a particulares – Habitação	35	-	14 119	1 116	14 154	1 116	13 038
Crédito a particulares – Outros	-	-	325	222	326	222	103
	<u>26 332</u>	<u>4 399</u>	<u>54 870</u>	<u>7 235</u>	<u>61 202</u>	<u>11 634</u>	<u>69 568</u>

A análise do justo valor dos colaterais associados à carteira de crédito sobre clientes é apresentada como segue:

		(milhares de euros)	
		2016	2015
<b>Crédito com imparidade:</b>			
Imóveis residenciais - Crédito à habitação		280	-
Imóveis - Construção e CRE		1 187	897
Outros imóveis		1 110	-
		<u>2 577</u>	<u>897</u>
<b>Análise paramétrica:</b>			
Títulos e outros ativos financeiros		1	1
Imóveis residenciais - Crédito à habitação		105	415
Imóveis - Construção e CRE		131	-
Outros imóveis		-	284
		<u>237</u>	<u>700</u>
<b>Crédito sem imparidade:</b>			
Títulos e outros ativos financeiros		30	30
Imóveis residenciais - Crédito à habitação		71	-
Outros imóveis		185	825
		<u>286</u>	<u>855</u>
		<u>3 100</u>	<u>2 452</u>



O Montepio Investimento utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a refletir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efetuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que refletem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respetiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respetivos ativos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a refletir a sua volatilidade.

A grande maioria dos colaterais físicos é reavaliada com uma periodicidade mínima anual.

As exposições de crédito por segmento e a imparidade constituída a 31 de dezembro de 2016 e 2015, são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

Segmento	Exposição 2016					Imparidade 2016		
	Exposição total	Crédito em cumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	39 396	19 041	420	20 355	10 836	7 037	212	6 825
Construção e CRE	14 835	10 134	-	4 701	121	2 775	182	2 593
Particulares - Habitação	11 035	8 718	474	2 317	-	614	28	586
Particulares - Outros	298	1	-	297	-	210	-	210
	65 564	37 894	894	27 670	10 957	10 636	422	10 214

(milhares de euros)

Segmento	Exposição 2015					Imparidade 2015		
	Exposição total	Crédito em cumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	46 720	23 200	241	23 520	10 769	7 582	236	7 346
Construção e CRE	20 002	13 733	159	6 269	116	2 714	247	2 467
Particulares - Habitação	14 154	9 960	115	4 194	-	1 116	33	1 083
Particulares - Outros	326	15	-	311	-	222	-	222
	81 202	46 908	515	34 294	10 885	11 634	516	11 118

(milhares de euros)

(milhões de euros)												
Exposição total 2016							Imparidade total 2016					
Segmento	Exposição total 2016	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Total Imparidade total 2016	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		
		Sem indícios	Dias de atraso < 30	Sub-total	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias		Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90*		
			Com indícios									Dias de atraso > 90 dias
Corporate	39 396	17 125	1 405	18 041	142	20 212	-	7 037	178	34	58	8 767
Construção e CRE	14 835	9 302	804	10 134	67	4 614	-	2 775	166	17	12	2 580
Particulares - Habitação	11 035	5 719	2 629	8 718	82	2 238	-	614	20	9	11	575
Particulares - Outros	298	1	-	1	1	296	-	210	-	-	-	210
	65 564	32 148	4 638	37 894	312	27 358	-	10 636	364	59	81	10 192

(milhares de euros)

(milhares de euros)													
Exposição total 2015							Imparidade total 2015						
Segmento	Exposição total 2015	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Total	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento			
		Sem indícios	Dias de atraso <30		Sub-total	Dias de atraso <= 90*		Dias de atraso > 90 dias	Imparidade total 2015	Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
			Com indícios										
Corporate	46 720	21 127	1 022	23 291	155	23 365	7 582	170	88	21	7 325		
Construção e CRE	20 002	12 273	1 449	13 733	3	6 267	2 713	245	1	1	2 465		
Particulares - Habitação	14 158	7 033	2 527	9 660	354	3 641	1 117	22	12	57	1 029		
Particulares - Outros	324	15	-	14	1	309	222	-	-	-	222		
	81 202	40 448	4 998	46 908	513	33 782	11 634	437	79	79	11 039		

A carteira de crédito por segmento e por ano de produção a 31 de dezembro de 2016 é apresentada como segue:

Ano de produção	Corporate			Construção e CRE			Particulares - Habitação			(milhares de euros) Particulares - Outros		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	66	2 853	503	26	2 907	823	57	2 115	134	3	40	30
2005	68	2 182	366	20	864	195	34	1 396	86	13	56	41
2006	83	2 346	673	49	1 080	304	46	1 915	77	11	9	6
2007	109	8 613	1 224	46	1 766	283	35	1 880	117	13	57	41
2008	112	8 929	1 342	33	1 375	469	29	1 832	77	13	90	61
2009	37	3 064	543	9	3 378	288	9	457	21	2	12	8
2010	62	6 744	1 772	17	2 783	323	17	841	100	3	16	12
2011	33	2 690	214	9	680	90	5	186	-	2	16	11
2013	1	7 783	400	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2016	-	-	-	-	-	-	2	403	2	-	-	-
	561	39 396	7 037	209	14 835	2 775	234	11 035	614	60	298	210

A carteira de crédito por segmento e por ano de produção a 31 de dezembro de 2015 é apresentada como segue:

Ano de produção	Corporate			Construção e CRE			Particulares - Habitação			(milhares de euros) Particulares - Outros		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	72	3 656	462	31	3 272	610	86	2 388	148	4	41	32
2005	80	2 929	454	22	1 026	146	38	1 650	156	12	60	47
2006	99	2 923	662	58	1 503	321	52	2 487	139	15	9	6
2007	118	6 381	648	63	2 099	276	36	2 205	142	16	59	43
2008	131	6 114	1 094	37	1 568	363	31	2 239	136	13	89	59
2009	43	3 830	618	14	5 810	380	10	1 276	147	2	12	8
2010	68	7 893	1 769	19	3 980	547	17	1 272	248	7	34	15
2011	58	3 269	212	11	754	64	7	279	-	4	19	12
2013	1	7 627	772	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2015	-	-	-	-	-	-	1	149	-	-	-	-
	650	46 722	7 591	245	20 004	2 715	258	14 153	1 116	73	323	222

O valor da exposição bruta de crédito e imparidade individual e coletiva por segmento, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, é apresentado como segue:

	(milhares de euros)									
	2016									
	Corporate		Construção e CRE		Particulares - Habitação		Particulares - Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação Individual	19 138	2 891	6 312	1 298	410	11	-	-	27 860	4 200
Coletiva	20 258	4 146	6 523	1 477	10 625	603	298	210	37 704	6 438
	39 396	7 037	14 835	2 775	11 035	614	298	210	65 564	10 638

	(milhares de euros)									
	2015									
	Corporate		Construção e CRE		Particulares - Habitação		Particulares - Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação Individual	19 294	3 887	7 007	512	34	-	-	-	26 335	4 399
Coletiva	27 428	3 694	12 997	2 203	14 119	1 116	323	222	54 867	7 235
	46 722	7 581	20 004	2 715	14 153	1 116	323	222	81 202	11 634

O valor da exposição bruta de crédito e imparidade individual e coletiva por setor de atividade para as empresas, a 31 de dezembro de 2016 e de 2015, é apresentado como segue:

(milhares de euros)											
2016											
Avaliação	Construção		Indústrias		Comércio		Atividades Imobiliárias		Outras atividades		Total
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição
Individual	614	128	6 767	1 614	2 451	1 115	7 204	834	10 414	498	27 450
Coletiva	2 683	947	6 056	1 648	8 388	1 355	2 679	210	6 394	1 463	26 781
	3 277	1 075	13 423	3 262	10 840	2 470	9 883	1 044	16 808	1 961	54 231

(milhares de euros)											
2015											
Avaliação	Construção		Indústrias		Comércio		Atividades Imobiliárias		Outras atividades		Total
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição
Individual	2 056	131	476	185	4 435	1 153	11 988	1 487	16 492	2 231	35 448
Coletiva	130	22	7 602	2 452	1 403	326	8 664	453	15 475	1 854	31 274
	2 186	153	8 077	2 638	5 838	1 479	16 652	1 940	31 967	4 085	66 722

A carteira de crédito reestruturado por medida de reestruturação aplicada, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, é apresentada como segue:

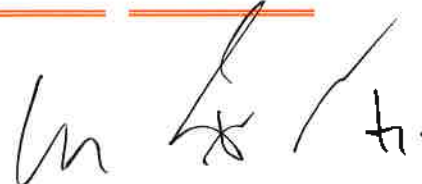
(milhares de euros)									
2016									
Medida	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Outros	8	894	14	6	10 957	1 016	14	11 851	1 030
	8	894	14	6	10 957	1 016	14	11 851	1 030

(milhares de euros)									
2015									
Medida	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Alargamento de prazo	5	515	14	6	10 885	1 308	11	11 400	1 322
	5	515	14	6	10 885	1 308	11	11 400	1 322

Os movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado são apresentados como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	11 400	11 615
Crédito reestruturados no período	605	-
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(79)	(215)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(75)	-
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	11 851	11 400



O justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de *Corporate*, Construção e *Commercial Real Estate* (CRE) e Habitação, a 31 de dezembro de 2016 é apresentado como segue:

Justo valor	Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
< 0,5 M€	5	798	-	-	3	456	1	30
>= 0,5 M€ e <1M€	1	520	-	-	-	-	-	-
	6	1 318	-	-	3	456	1	30

O justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de *Corporate*, Construção e *Commercial Real Estate* (CRE) e Habitação, a 31 de dezembro de 2015 é apresentado como segue:

Justo valor	Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
< 0,5 M€	2	317	-	-	-	-	-	-
>= 0,5 M€ e <1M€	1	580	-	-	2	415	1	30
	3	897	-	-	2	415	1	30

O rácio de LTV dos segmentos de *Corporate*, Construção e CRE e Habitação, a 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é apresentado como segue:

Segmento/ Rácio	2016			
	Número de Imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
<b>Corporate</b>				
Sem imóvel associado (*)	n.a.	18 467	20 075	6 753
>= 100%	3	575	280	284
<b>Construção e CRE</b>				
Sem imóvel associado (*)	n.a.	9 759	4 400	2 474
>= 100%	6	375	301	301
<b>Habitação</b>				
Sem imóvel associado (*)	n.a.	8 565	2 275	592
>= 80% e < 100%	3	153	42	22

(\*) Inclui operações com outro tipo de colaterais associados, nomeadamente colaterais financeiros.

(milhares de euros)

Segmento/ Rácio	2015			
	Número de Imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
<b>Corporate</b>				
Sem imóvel associado (*)	n.a.	22 670	23 123	7 334
>= 100%	6	530	397	247
<b>Construção e CRE</b>				
Sem imóvel associado (*)	n.a.	13 252	6 269	2 712
>= 100%	3	481	-	3
<b>Habitação</b>				
Sem imóvel associado (*)	n.a.	9 825	4 152	1 094
>= 80% e < 100%	2	135	42	22

(\*) Inclui operações com outro tipo de colaterais associados, nomeadamente colaterais financeiros.

O justo valor e o valor líquido dos imóveis recebidos em dação, por tipo de ativo e por antiguidade, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, são apresentados como segue:

(milhares de euros)

Ativo	2016		
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
<b>Terreno</b>	<b>34</b>	<b>3 679</b>	<b>3 086</b>
Urbano	6	1 948	1 872
Rural	28	1 731	1 214
<b>Edifícios em desenvolvimento</b>	<b>3</b>	<b>118</b>	<b>114</b>
Habitação	3	118	114
<b>Edifícios construídos</b>	<b>159</b>	<b>21 028</b>	<b>16 382</b>
Comerciais	88	14 664	11 127
Habitação	44	6 032	5 022
Outros	27	332	233
	<b>196</b>	<b>24 825</b>	<b>19 582</b>

(milhares de euros)

Ativo	2015		
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
<b>Terreno</b>	<b>30</b>	<b>2 661</b>	<b>2 592</b>
Urbano	5	1 839	1 802
Rural	25	822	790
<b>Edifícios em desenvolvimento</b>	<b>5</b>	<b>550</b>	<b>542</b>
Habitação	5	550	542
<b>Edifícios construídos</b>	<b>142</b>	<b>22 400</b>	<b>17 066</b>
Comerciais	88	17 278	12 613
Habitação	40	4 855	4 254
Outros	14	267	199
	<b>177</b>	<b>25 611</b>	<b>20 200</b>



O tempo decorrido desde a dação/execução dos imóveis recebidos em dação, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, é apresentado como segue:

(milhares de euros)					
2016					
Tempo decorrido desde a dação/execução	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 ano e < 5 anos	>= 5 anos	Total
<b>Terreno</b>	-	<b>1 438</b>	<b>752</b>	<b>896</b>	<b>3 086</b>
Urbano	-	1 438	345	89	1 872
Rural	-	-	407	807	1 214
<b>Edifícios em desenvolvimento</b>	-	<b>41</b>	<b>73</b>	-	<b>114</b>
Habitação	-	41	73	-	114
<b>Edifícios construídos</b>	<b>993</b>	<b>4 647</b>	<b>5 979</b>	<b>4 763</b>	<b>16 382</b>
Comerciais	8	2 826	4 830	3 463	11 127
Habitação	985	1 770	1 013	1 253	5 021
Outros	-	51	136	47	234
	<b>993</b>	<b>6 126</b>	<b>6 804</b>	<b>5 659</b>	<b>19 582</b>
(milhares de euros)					
2015					
Tempo decorrido desde a dação/execução	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 ano e < 5 anos	>= 5 anos	Total
<b>Terreno</b>	-	<b>1 324</b>	<b>853</b>	<b>415</b>	<b>2 592</b>
Urbano	-	1 324	373	105	1 802
Rural	-	-	480	310	790
<b>Edifícios em desenvolvimento</b>	-	<b>41</b>	<b>75</b>	<b>426</b>	<b>542</b>
Habitação	-	41	75	426	542
<b>Edifícios construídos</b>	<b>613</b>	<b>3 083</b>	<b>9 816</b>	<b>3 554</b>	<b>17 066</b>
Comerciais	613	1 610	7 800	2 590	12 613
Habitação	-	1 435	1 869	950	4 254
Outros	-	38	147	14	199
	<b>613</b>	<b>4 448</b>	<b>10 744</b>	<b>4 395</b>	<b>20 200</b>

## Risco de Concentração

De modo a minimizar o risco concentração, o Grupo CEMG procura diversificar, dentro do possível, as suas áreas de atividade e fontes de proveitos, bem como diversificar as suas exposições e fontes de financiamento.

O risco de concentração é analisado ao nível de concentração individual e concentração de sector, procurando refletir eventuais insuficiências de diversificação.

A gestão do risco da concentração é realizada de forma centralizada, com uma monitorização regular dos índices de concentração pela Direção de Risco.



Encontram-se estabelecidos limites máximos de exposição por cliente / grupo de clientes relacionados entre si, para cada entidade do Grupo CEMG. A ultrapassagem de qualquer dos limites estabelecidos, ainda que temporária, carece de aprovação do CAE da CEMG.

### Risco de Mercado

O conceito de risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respetivas volatilidades.

No que respeita à informação e análise de risco de mercado, é assegurado o reporte regular sobre as carteiras próprias de ativos financeiros, encontrando-se definidos diversos limites de risco sendo igualmente utilizada a metodologia de VaR. Estão igualmente definidos diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por Emitente, por tipo/classe de ativo e nível de qualidade de crédito (rating). São ainda definidos limites de *Stop Loss* e *Loss Trigger* para as posições detidas para negociação e em disponíveis para venda.

O Montepio Investimento calcula de forma regular o VaR para a carteira de disponíveis para venda, sendo o mesmo apurado com base num horizonte temporal de 10 dias úteis e num nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica. Os tipos de risco considerados nesta metodologia são o risco de taxa de juro, o risco cambial, o risco de preço, o risco de CDS, o risco de opções e o risco de crédito específico.

Nos relatórios produzidos efetua-se o controlo dos diversos limites de exposição, analisando-se os riscos de concentração, de crédito, de taxa de juro e de variação de preços dos ativos, entre outros. Estas análises contemplam a análise de cenários, designadamente as sensibilidades da carteira de títulos a variações de taxas de juro, de *spreads*, de evolução cambial adversa e de variação dos preços de mercado das ações e dos imóveis.

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é efetuada por análise de sensibilidade ao risco, numa ótica consolidada para as entidades que integram o balanço consolidado do Grupo.

O risco de taxa de juro é aferido de acordo com os impactos na margem financeira, na situação líquida e fundos próprios causados por variações nas taxas de juro de mercado. Os principais fatores de risco decorrem do desfasamento de prazos para refixação da taxa e/ou maturidades residuais entre ativos e passivos (*repricing risk*), das variações não paralelas nas curvas de taxa de juro (*yield curve risk*), da inexistência de correlação perfeita entre diferentes Indexantes com o mesmo prazo de *repricing* (*basis risk*) e das opções associadas a instrumentos que permitam uma atuação diversa dos intervenientes dependentes do nível de taxas contratadas e praticadas no momento (*option risk*).

Com base nas características financeiras de cada contrato, é feita a respetiva projeção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de refixação de taxa e eventuais pressupostos comportamentais considerados.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo permite determinar os gaps de taxa de juro por prazo de *repricing*.

No seguimento das recomendações de Basileia e da Instrução n.º 19/2005 de 15 de junho, do Banco de Portugal, o Grupo calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* ("BIS") classificando todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

No que se refere ao risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de ativos no mercado monetário respetivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que eventuais gaps cambiais decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.


No que diz respeito aos riscos de taxa de juro e cambial da carteira bancária do Grupo CEMG, encontram-se definidos limites para a exposição a estes riscos, que são acompanhados em sede de ALCO, sendo que uma eventual ultrapassagem de qualquer dos limites estabelecidos, ainda que temporária, carece de aprovação do CAE da CEMG ou aplicação de medidas de cobertura da exposição.

### **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez reflete a incapacidade do Montepio Investimento cumprir com as suas obrigações no momento do respetivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus ativos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

A avaliação do risco de liquidez é feita nas bases individual e consolidada utilizando indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como outras métricas internas para as quais se encontram definidos, igualmente, limites de exposição. Este controlo é reforçado em base consolidada com a execução mensal de *stress tests*, com o objetivo de caracterizar o perfil de risco do Grupo CEMG e assegurar que o Grupo cumpre as suas obrigações num cenário de crise de liquidez.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de controlo e para acompanhamento e apoio à tomada de decisão em sede de comité ALCO.



A evolução da situação de liquidez é efetuada, em particular, com base nos fluxos de caixa futuros estimados para vários horizontes temporais, tendo em conta o balanço. Aos valores apurados é adicionada a posição de liquidez do dia de análise e o montante de ativos considerados altamente líquidos existentes na carteira de títulos descomprometidos, determinando-se assim o gap de liquidez acumulado para vários horizontes temporais. Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução n.º 13/2009 de 15 de setembro), assim como do nível de cumprimento dos rácios prudenciais de liquidez, *Liquidity Coverage Ratio (LCR)* e *Net Stable Funding Ratio (NSFR)*.

Estão definidos limites para vários indicadores do risco de liquidez, que são monitorizados regularmente.

No âmbito da instrução n.º 28/2014 do Banco de Portugal, que incide sobre a orientação da Autoridade Bancária Europeia relativa à divulgação de ativos onerados e ativos não onerados (EBA/GL/2014/3), e tendo em consideração a recomendação efetuada pelo Comité Europeu do Risco Sistémico, apresentamos a seguinte informação, com referência a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, relativa aos ativos e aos colaterais:

(milhares de euros)				
2016				
Ativos	Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
Ativos da instituição que presta a informação	17.411	-	259.344	-
Instrumentos de capital próprio	-	-	96.367	110.303
Títulos de dívida	17.411	17.484	34.496	69.558
Outros ativos	-	-	26.874	-
(milhares de euros)				
2015				
Ativos	Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
Ativos da instituição que presta a informação	17.302	-	271.115	-
Instrumentos de capital próprio	-	-	131.770	131.770
Títulos de dívida	17.302	17.302	34.908	34.908
Outros ativos	-	-	33.068	-

	(milhares de euros)
	2016
Ativos onerados, colateral recebido onerado e passivos associados	Quantia escriturada dos passivos financeiros seleccionados
Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	15 000
Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou <i>ABS</i> oneradas	17 411

	(milhares de euros)
	2015
Ativos onerados, colateral recebido onerado e passivos associados	Quantia escriturada dos passivos financeiros seleccionados
Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	15 000
Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou <i>ABS</i> oneradas	17 302

Os ativos onerados estão na sua maioria relacionados com operações de financiamento do Grupo, nomeadamente do BCE.

### Risco Imobiliário

O risco imobiliário resulta de possíveis impactos negativos nos resultados ou nível de capital do Montepio Investimento, devido a oscilações no preço de mercado dos bens imobiliários.

O risco imobiliário resulta da exposição em imóveis, bem como de unidades de fundos imobiliários detidos na carteira de títulos. Estas exposições são acompanhadas mensalmente e são realizadas análises de cenários que procuram estimar potenciais impactos de alterações no mercado imobiliário nas cartelas de fundos de investimento imobiliário, imóveis de investimento e de imóveis dados em dação.

A exposição do Montepio Investimento a imóveis e unidades de participação de fundos imobiliários em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 apresentava os seguintes valores:

	(milhares de Euros)	
	2016	2015
Imóveis recebidos em dação de crédito	19 058	19 712
Unidades de Participação de Fundos Imobiliários	32 835	34 530
	51 893	54 242
<i>Stress test</i>	( 5 189)	( 5 424)

O resultado do *stress test* apresentado corresponde ao impacto esperado (antes de impostos) nos capitais próprios devido a uma variação negativa de 10% nos valores dos imóveis e fundos imobiliários.



## Risco Operacional

Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco. A DRI exerce a função corporativa de gestão de risco operacional do Grupo que é suportada pela existência de Interlocutores em diferentes unidades orgânicas que asseguram a adequada implementação da gestão de risco operacional no grupo Montepio.

A avaliação do perfil de risco operacional para novos produtos, processos e sistemas e o consequente follow-up tem permitido a identificação prévia e mitigação de situações de risco operacional.

Ao nível da monitorização do risco, as principais atividades desenvolvidas consistiram no processo de recolha e análise de eventos de perda de risco operacional, na análise dos *Key Risk Indicators*, na avaliação da exposição ao Risco Operacional e na elaboração de relatórios periódicos sobre o perfil de risco operacional da Instituição. Em particular, são elaborados relatórios de acompanhamento trimestral dos eventos de perda de risco operacional e de medidas de mitigação implementadas. Anualmente é elaborado um relatório anual que contempla a análise de todos os instrumentos de gestão de risco operacional.

Adicionalmente, está implementado um processo de gestão da continuidade de negócio, suportado por um conjunto de atividades de avaliação, de desenho, de implementação e de monitorização, integradas num ciclo de melhoria contínuo.

Este processo é fundamental como instrumento mitigador de risco, tornando os processos de negócio mais resilientes e permitindo assegurar a continuidade das operações no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção da atividade, considerando os *Recovery Time Objective (RTO)* definidos.

## Outros riscos

Em relação a outros riscos – risco de reputação, risco de estratégia e negócio – também são acompanhados pelos Conselhos de Administração do Montepio Investimento e pelo CAE CEMG, sendo os riscos controlados e tomadas medidas corretivas em função dos resultados obtidos face aos objetivos/limites estabelecidos no apetite pelo risco.

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page.



## Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os fundos próprios do Montepio Investimento são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com a Diretiva 2013/36/EU e o Regulamento (EU) n.º 575/2013 aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho (CRD IV/CRR), e o Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2013. Os fundos próprios incluem os fundos próprios de nível 1 (*tier 1*) e fundos próprios de nível 2 (*tier 2*). O *tier 1* compreende os fundos próprios principais de nível 1 (*common equity tier 1* – CET1) e os fundos próprios adicionais de nível 1 com a seguinte composição:

- Fundos Próprios Principais de Nível 1 ou *Common Equity Tier 1* (CET1): Esta categoria inclui o capital realizado (com dedução de títulos próprios), as reservas elegíveis (incluindo as reservas de justo valor), os resultados transitados, os resultados retidos do período quando positivos e certificados ou pela totalidade se negativos. É deduzido o valor de balanço dos montantes relativos a outros ativos intangíveis. São igualmente deduzidos os ativos por impostos diferidos ativos associados a prejuízos fiscais. No que respeita a participações financeiras em entidades do sector financeiro e aos ativos por impostos diferidos por diferenças temporárias que dependem da rentabilidade futura do Banco, são deduzidos os valores destas rubricas que individualmente sejam superiores a 10% do CET1, ou posteriormente a 17,65% do CET1 quando consideradas em agregado (apenas na parte não deduzida na primeira barreira de 10% e considerando apenas as participações significativas). Os valores não deduzidos estarão sujeitos a ponderação de 250% para o total dos ativos ponderados pelo risco. Entre a implementação desta nova regulamentação prudencial em 2014 e 2018 irá vigorar um período transitório que permitirá o reconhecimento gradual dos maiores impactos desta nova regulamentação. Destaque para o plano transitório aplicado aos ativos por impostos diferidos que permite ir reconhecendo 20% cumulativamente em cada ano os eventuais efeitos negativos das novas normas. Também as reservas de justo valor estão sujeitas a plano transitório de 20% ao ano, cumulativamente, estando contudo excluídas deste plano as reservas de justo valor relativas a posições em risco sobre Administrações Centrais. Esta exclusão deixará de vigorar após a adoção pela Comissão Europeia de um regulamento com base no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 que aprove a Norma Internacional de Relato Financeiro que venha a substituir a norma IAS 39.
- Fundos Próprios de Nível 1 ou *Tier 1* (T1): Incorpora instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam de acordo com o artigo 52º do Regulamento 575/2013 e aprovadas pelo Banco de Portugal. A este capital são deduzidas as eventuais detenções de capital T1 de instituições financeiras sujeitas a dedução.





- Fundos Próprios de Nível 2 ou *Tier 2* (T2): Incorpora instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam de acordo com o artigo 63º do Regulamento 575/2013 e aprovadas pelo Banco de Portugal. São igualmente elegíveis os interesses não controlados referentes aos requisitos mínimos de fundos próprios totais das instituições para as quais não detém a participação pela totalidade. A este capital são deduzidas as eventuais detenções de capital T2 de instituições financeiras sujeitas a dedução.
- Os Fundos Próprios Totais ou Capital Total são constituídos pela soma dos três níveis de capital referidos anteriormente. Os Fundos Próprios Totais do Montepio Investimento, à data de referência, são totalmente constituídos por Fundos Próprios Principais de Nível 1.

No que respeita ao apuramento dos ativos ponderados pelo risco, além dos requisitos de risco de crédito, operacional e de mercado, destaque para a ponderação a 250% dos ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias que dependem da rentabilidade futura e de participações financeiras que estejam dentro do limite estabelecido para não dedução a CET1.

Tal como referido anteriormente, até 2018 os efeitos da nova regulamentação de Basileia III irão sendo gradualmente introduzidos. Este processo usualmente designa-se por *Phasing-in*. A assunção total da nova regulamentação, sem considerar planos transitórios é designada por *Full Implementation*. Atualmente encontra-se em vigor o processo *Phasing-in*, sendo nesta base que é verificado se determinada entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respetivos requisitos de fundos próprios, certificando assim a adequação do seu capital. Esta relação é refletida nos diferentes rácios de capital, nomeadamente o rácio CET1, rácio T1 e rácio de capital total (antes designado por rácio de solvabilidade, representado pelo correspondente nível de capital em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios).

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page.

Para estes rácios são indicados mínimos regulamentares pela CRD IV/CRR de 4,5% para o CET1, de 6% para o *Tier 1* e de 8% para o Capital total. Contudo, sobre estes mínimos regulamentares são aplicadas reservas de fundos próprios (como por exemplo, a Reserva de Conservação e a Reserva Contracíclica) cujo valor é definido pelo Banco de Portugal. Para 2016 o Banco de Portugal definiu uma Reserva Contracíclica de 0%. No que respeita à Reserva de Conservação o Banco de Portugal, no seu Aviso 6/2016, define a sua aplicação de acordo com o plano transitório definido no Artigo 160 da CRD IV, assim o valor desta reserva é de 0,625% em 2016, 1,250% em 2017, 1,875% em 2018 e 2,5% após 01/01/2019. De acordo com estas disposições em 30 de junho de 2016 a CEMG deve reportar rácios *Common Equity Tier 1*, *Tier 1* e Total não inferiores a 5,125%, 6,625% e 8,625%, respetivamente, incluindo as Reservas de Fundos Próprios já definidas pelo Banco de Portugal. Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Montepio Investimento para 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, apresenta-se como segue:

	(milhares de Euros)	
	2016	2015
<b>Capital <i>Common Equity Tier 1</i></b>		
Capital realizado	180 000	180 000
Resultados, Reservas e Resultados não distribuídos	3 164	3 908
Outros ajustamentos regulamentares	(1 501)	(1 967)
	<b>181 663</b>	<b>181 940</b>
<b>Capital <i>Tier 1</i></b>		
Outros instrumentos de capital	-	-
Ajustamentos regulamentares	-	-
	<b>181 663</b>	<b>181 940</b>
<b>Capital <i>Tier 2</i></b>		
Ajustamentos regulamentares	-	-
	<b>-</b>	<b>-</b>
Fundos próprios totais	<b>181 663</b>	<b>181 940</b>
<b>Requisitos de Fundos Próprios</b>		
Risco de crédito	19 522	23 676
Riscos de mercado	-	629
Risco operacional	1 196	1 101
Outros requisitos	664	1 408
	<b>21 382</b>	<b>26 814</b>
<b>Rácios Prudenciais</b>		
Rácio <i>Common Equity Tier 1</i>	68,0%	54,3%
Rácio <i>Tier 1</i>	68,0%	54,3%
Rácio de Capital Total	68,0%	54,3%

## 35 Impacto da alteração da política associada ao reconhecimento da imparidade

Para efeitos de preparação das demonstrações financeiras intercalares individuais com referência a 31 de dezembro de 2016, o Montepio Investimento aplicou o Aviso n.º 5/2015, de 30 de dezembro de 2015, emitido pelo Banco de Portugal que estabelece que as entidades sujeitas à sua supervisão devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, revogando assim o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, que estabelecia que as demonstrações financeiras individuais do Montepio Investimento deviam ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's).

A alteração, em 1 de janeiro de 2016, do referido Aviso resulta fundamentalmente da revogação do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95 referente ao registo da imparidade sobre a carteira de crédito. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada para efeitos comparativos, a partir de 1 de janeiro de 2015, reconhecendo nessa data a totalidade dos efeitos da adoção das NIRF em capitais próprios.

Assim, a rubrica Outras reservas e resultados transitados inclui, com efeitos a 1 de janeiro de 2015, uma reexpressão resultante da referida alteração da política contabilística. A referida reexpressão efetuada no âmbito das IFRS, pode ser analisada conforme segue:

	(milhares de euros)		
	Situação líquida	Resultado líquido	Situação líquida
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2015	1 de janeiro de 2015
Valor anteriormente reportado	188 400	4 780	188 878
Revogação do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95	6 490	1 085	5 405
Valores corrigidos	194 890	5 865	194 283

## 36 Normas contabilísticas recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Montepio Investimento, S.A. aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

### *IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados*

O IASB, emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

O Montepio Investimento, S.A. não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

### *Melhoramentos às IFRS (2010-2012)*

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

### *IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)*

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.



IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP



fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

O Montepio Investimento, S.A. não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

#### *Melhoramentos às IFRS (2012-2014)*

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de setembro de 2014 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de dezembro de 2015.

#### *IFRS 5 Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição*

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de "detido para venda" para "detido para distribuição aos proprietários" (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

#### *IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados*

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

#### *IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas*

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros - não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.





IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto devem ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações "em outras partes do relatório financeiro intercalar"

As alterações esclarecem que "outras divulgações" exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

O Montepio Investimento, S.A. não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de dezembro de 2015.

O Montepio Investimento, S.A. não adotou nas suas contas separadas esta opção.

Exceção à consolidação (alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28)

O IASB emitiu em 18 de dezembro de 2014 e aplicável aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação, permitindo que entidades de investimento possam ficar isentas de consolidação desde que verificados determinados requisitos.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1703/2016, de 22 de setembro de 2016.

Estas alterações não são aplicáveis à Montepio Investimento, S.A.

#### *Outras alterações*

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas ("*Bearer Plants*") (emitida em 30 de junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de novembro).
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de dezembro e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de dezembro).

O Montepio Investimento, S.A. não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

O Montepio Investimento, S.A. decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

#### *IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)*

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.



Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento Integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de "detido até à maturidade", "disponível para venda" e "contas a receber e pagar".

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos Instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

O Montepio Investimento, S.A. iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades do Montepio Investimento, S.A., é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras do Montepio Investimento, S.A.

#### IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou



- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

O Montepio Investimento, S.A. encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Montepio Investimento, S.A.:

#### *IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias*

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à Montepio Investimento, S.A.

#### *IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos*

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

O Montepio Investimento, S.A. não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

#### *IFRS 16 - Locações*

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

O Montepio Investimento, S.A. não antecipa qualquer impacto na aplicação desta norma.





*Outras alterações*

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 19 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas.
- Em 29 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas.
- Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.
- Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

O Montepio Investimento, S.A. não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

## 37 Eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transações e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.



## CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º  
1039-006 Lisboa - Portugal  
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Montepio Investimento, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 276.756 milhares de euros e um total de capital próprio de 184.589 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 12.904 milhares de euros, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações dos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **Montepio Investimento, S.A.** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia.

## Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
a nossa participação encontra-se anexo ao Relatório de Auditoria  
Independente, e a nossa assinatura encontra-se anexa ao Relatório de Auditoria  
Independente, e a nossa assinatura encontra-se anexa ao Relatório de Auditoria

KPMG & Associados - S.R.L. S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - Pessoa Colectiva PT PT 502 761 071  
Inscrita no D.R.C. nº 163 - matrícula nº 215 141 20151452  
Votada para a Conservação do Registo Comercial em Lisboa sob o nº PT  
502 761 071



### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

### Imparidade da carteira de crédito a clientes

Em 31 de Dezembro de 2016, as perdas por imparidade para o risco de crédito a clientes ascendem a 10.636 milhares de euros, tal como referido na nota 17 anexa às demonstrações financeiras.

#### O risco

A Entidade avalia regularmente a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito, seguindo, tal como referido na nota 1.b), dois métodos: (i) análise individual e, (ii) análise colectiva.

A análise individual é baseada na avaliação da existência de perdas por imparidade por análise caso a caso considerando a exposição total de um determinado cliente. Relativamente aos créditos para os quais não é identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de delimitar perdas por imparidade em termos colectivos. A análise colectiva é baseada em estimativas e pressupostos que têm em consideração (i) a experiência histórica de perdas em carteiras de crédito com risco semelhante, (ii) o conhecimento das envolventes económicas e credílica e da sua influência sobre o nível de perdas futuras e, (iii) o período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

O processo de avaliação da imparidade inclui diversas estimativas e julgamentos por parte da Entidade. Este processo tem em consideração factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Entidade.

#### A nossa resposta ao risco identificado

No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos definidos pela Entidade ao nível do processo de identificação e apuramento de perdas por imparidade. Foi também avaliada para um conjunto de controlos-chave a sua eficácia operacional;
- Análise dos créditos individuais, para um conjunto de créditos seleccionados, sendo avaliados os pressupostos subjacentes à identificação e quantificação de imparidade, incluindo (i) a avaliação de colaterais existentes e, (ii) as estimativas de recuperação em caso de incumprimento;
- Para os créditos cujas perdas por imparidade são determinadas em base colectiva, testámos, com o apoio dos nossos especialistas nesta área, os modelos subjacentes, incluindo o processo de aprovação e validação dos mesmos. Adicionalmente, testámos a adequação e a precisão dos principais pressupostos utilizados pelo modelo; e
- Revisão das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.





### Mensuração de activos não correntes detidos para venda

Em 31 de Dezembro de 2016, os activos não correntes detidos para venda líquidos de imparidade ascendem a 19.582 milhares de euros, tal como referido na nota 21 anexa às demonstrações financeiras.

#### O Risco

Os activos não correntes detidos para venda são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e esses activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

De acordo com a política contabilística referida na nota 1 e) anexa às demonstrações financeiras, os activos não correntes detidos para venda são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço exspectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas por peritos externos registados na CMVM.

Esta área envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em avaliações distintas e consequentemente na sua mensuração e níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados e capitais próprios da Entidade.

#### A nossa resposta ao risco identificado

No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Análise do desenho e implementação dos controlos chave definidos pela Entidade associados ao processo de mensuração dos activos não correntes detidos para venda;
- Verificação, para um conjunto de itens seleccionados, da razoabilidade da valorização atribuída aos activos não correntes detidos para venda com base nas avaliações efectuadas incluindo pressupostos utilizados por peritos independentes, e análise da respectiva perda por imparidade reconhecida;
- Confirmação, para um conjunto de itens seleccionados, da titularidade dos activos não correntes detidos para venda; e
- Revisão das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



### Mensuração de activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2016, as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda ascendiam a 148.274 milhares de euros, tal como referido na nota 19 anexa às demonstrações financeiras, representando cerca de 54% do activo.

#### O risco

A mensuração dos activos disponíveis para venda encontra-se ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística que se encontra detalhada nas notas 1 c) e d) anexas às demonstrações financeiras. A Entidade determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. Por desvalorização significativa, para um instrumento de capital, é considerado 30% de desvalorização face ao valor de aquisição e por desvalorização continuada é assumido o período de um ano de justo valor abaixo de custo de aquisição.

O justo valor para a maioria dos activos que compõem a respectiva carteira de investimentos é determinado directamente com referência a um mercado oficial activo ou através de preço providers, cujos valores dependem de factores como a liquidez, condições económicas e taxas de juro praticadas no mercado.

#### A nossa resposta ao risco identificado

No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Teste à valorização da carteira de activos financeiros disponíveis para venda com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade;
- Testes de detalhe para avaliar eventuais perdas por imparidade;
- Teste à qualidade da carteira de activos financeiros disponíveis para venda;
- Teste à reserva de justo valor; e
- Teste às vendas realizadas.

### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.



O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;





- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes da auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. a) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez através da deliberação unânime por escrito datada de 22 de Julho de 2011. Fomos nomeados pela deliberação unânime por escrito de 14 de Abril de 2014, para o actual mandato, que corresponde ao triénio 2014-2016.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA, mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 29 de Junho de 2017.





- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

19 de Junho de 2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Hugo Gonçalves'.

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Hugo Jorge Gonçalves Cláudio (ROC n.º 1597)

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Excelentíssimos Senhores Acionistas do  
Montepio Investimento, S.A.

### 1 - INTRODUÇÃO

- 1.1 Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, compete-nos elaborar e submeter à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2016, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração e ainda emitir a nossa apreciação sobre o desempenho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

### 2. - RELATÓRIO

- 2.1 O Conselho Fiscal reuniu com regularidade, pelo menos mensalmente, e acompanhou a evolução da Instituição, nomeadamente através dos contactos com membros do Conselho de Administração da Sociedade e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias.
- 2.2 Periodicamente foram-nos disponibilizados Mapas Financeiros, através dos quais foi possível tomar conhecimento das variações patrimoniais ocorridas.
- 2.3 No desempenho do seu cargo, o Conselho Fiscal procedeu, também, às verificações que por lei lhe estão cometidas, não lhe tendo sido criados quaisquer constrangimentos, o que realça com satisfação.
- 2.4 De igual modo, este órgão acompanhou a atividade desenvolvida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sobre a qual e no que ao relacionamento consigo próprio diz respeito, renova os comentários expressos em relatórios de anos anteriores, nos quais se pronunciou pela necessidade de aperfeiçoamento de determinados procedimentos de comunicação e facilitação de informação a este órgão, que carecem de uma especial atenção por parte daquela.
- 2.5 O Conselho Fiscal apreciou o relatório sobre a adequação e eficácia do sistema de controlo interno do Montepio Investimento, tendo emitido o respetivo parecer previsto no Aviso nº 5 de 2008 do Banco de Portugal, em articulação com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com o Conselho de Administração e com os diversos serviços do Montepio Investimento, S.A.

- 2.6 O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo emitido o correspondente parecer em 30 de junho de 2016.
- 2.7 Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, foram apreciadas as condições de independência do ROC do Montepio Investimento, tendo recebido da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas a Declaração de Independência. Durante o exercício de 2016 não foi solicitado ao Conselho Fiscal a emissão de qualquer pedido de aprovação prévia para a prestação de serviços distintos da auditoria pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela revisão das contas do Montepio Investimento.
- 2.8 O Conselho Fiscal analisou os documentos de prestação de contas e a certificação legal das contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem reservas e sem ênfases, tendo, também, apreciado a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório do Conselho de Administração.
- 2.9 Foi recebido, nesta data, o Relatório Adicional, elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, dirigido ao Conselho Fiscal, de cujo conteúdo este tomou conhecimento.

### 3 - PARECER

- 3.1 Face ao que precede, o Conselho Fiscal é de opinião que os citados documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração e a correspondente proposta de aplicação de resultados merecem ser aprovados.
- 3.2 Que devem proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tirem as conclusões referidas no n.º 2 do artigo 433º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 19 de junho de 2017


O Conselho Fiscal

Presidente



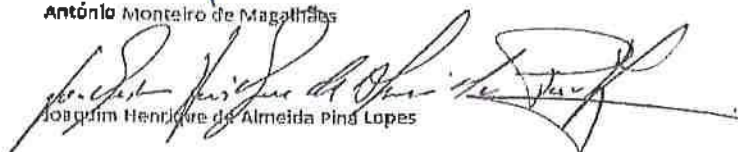
Norberto da Cunha Junqueira Fernandes Félix Pilar

Vogal efectivo



António Monteiro de Magalhães

Vogal efectivo



Joaquim Henrique de Almeida Piná Lopes

## **ANEXOS**

### **PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

Nos termos do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários, a Caixa Económica Montepio Geral detém a totalidade das ações e 100% dos direitos de voto do Montepio Investimento, S.A. pelo que os membros dos órgãos de administração e fiscalização não detêm qualquer participação na sociedade.

Em cumprimento do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, mais se informa que, a 31 de dezembro de 2016, o Montepio Investimento, S.A. não tinha empréstimos obrigacionistas emitidos.

### **LISTA DE TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS**

Em cumprimento do Regulamento 5/2008 da Comissão de Valores Mobiliários e do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, a 31 de dezembro de 2016, a totalidade do capital social do Montepio Investimento S.A. era detido diretamente pelo Montepio Holding SGPS, S.A. e indiretamente pela Caixa Económica Montepio Geral.

### **AÇÕES PRÓPRIAS DETIDAS**

Em cumprimento da alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º, informa-se que o Montepio Investimento S.A. não detém, não adquiriu nem alienou durante o ano de 2016 ações próprias.